

NOTÍCIAS E RECENSÕES

**PARTICIPAÇÃO DE PRÉ-HISTORIADORES
DA UNIVERSIDADE DO PORTO
EM CONGRESSOS REALIZADOS NO ESTRANGEIRO (1991)**

É sabido que o sector de Arqueologia da Secção de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é um dos mais activos do país, tanto ao nível da investigação, como dos serviços prestados no ensino e no apoio à comunidade. No âmbito da Pré-história esse sector conta com quatro docentes, sendo um catedrático (Vitor Oliveira Jorge), outro professor associado (Susana Oliveira Jorge), e dois assistentes, estes últimos em fase muito adiantada de preparação das respectivas dissertações de doutoramento (João Pedro Ribeiro e Maria de Jesus Sanches).

No corrente ano, os dois primeiros docentes referidos estiveram presentes, com comunicações, em três congressos internacionais, o que deve ser aqui noticiado, pois contribui para demonstrar o esforço que está sendo feito, por muitos elementos da nossa Escola, no sentido de se manter um permanente diálogo com colegas de outros países, afirmando ao mesmo tempo o nome e o papel da Universidade do Porto nos *fora* internacionais. Essas deslocações foram possíveis graças ao apoio das seguintes entidades: Fundação Calouste Gulbenkian; Reitoria da Universidade do Porto; Secretaria de Estado da Cultura; Comissão Nacional da Unesco; Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; Serviços Culturais do Min. dos Neg. Estrangeiros; Comissão Cultural Luso-Americana.

Os congressos a que se aludiu foram os seguintes:

— «*Le Mont Bego. Une montagne sacrée de l'Âge du Bronze. Sa place dans le contexte des religions préhistoriques du Bassin Méditerranéen*». (Tende, Alpes franceses, 5 a 11 de Julho de 1991). Organização: Centre National de la Recherche Scientifique. N.º aproximado de participantes com comunicação: 90. Idem de portugueses: 3.

— *XII Congresso da União Internacional das Ciências Pré- e Proto-históricas* (U.I.S.P.P. — Unesco) (Bratislava, Checoslováquia, 1 a 7 de Setembro de 1991). N.º aproximado de participantes (muitos com comunicação): 800. Idem de portugueses: 8. Neste congresso V.O.J. representou Portugal como membro do Conselho Permanente da U.I.S.P.P., e elemento da sua Comissão do Neolítico.

— *Congresso Anual da American Anthropological Association* (Chicago, Estados

Unidos, 20 a 24 de Novembro de 1991). N.º aproximado de participantes com comunicação: 2.500. Idem de portugueses: 3.

Se ter credibilidade científica em Portugal é evidentemente importante, muito mais o é a nível externo, onde nos vemos confrontados com um juízo crítico mais alargado, escolas de pensamento e metodologias diversas e, frequentemente, com meios de trabalho que, pela sua dimensão, são de momento impensáveis em Portugal. Vencendo as barreiras da língua e da distância, e sobretudo complexos de inferioridade ou (o que é o reverso da medalha dos anteriores) sentimentos de auto-suficiência iluminada e megalómana, que são descabidos e só nos isolam, temos de ir conquistando passo a passo terreno na cooperação científica internacional. Referimo-nos à cooperação autêntica, e não utilizamos a palavra por mero eufemismo, para esconder, como às vezes acontece, autêntico fenómenos de subalternização dos nossos investigadores, ou atitudes de «colonização cultural» inaceitáveis num país da comunidade europeia, com responsabilidades perante uma longa história de promoção do conhecimento científico, quer no seu território, quer em muitos outros pontos do mundo, por onde aliás se acham ainda dispersos tantos dos seus bons investigadores.

No momento em que se adensam sombras sobre as condições da investigação científica em Portugal, nomeadamente no campo das ciências humanas e fundamentais, achamos oportuno acentuar estas ideias. Não nos conformamos com o obscurantismo cultural de certos tecnocratas das esferas do poder, que nos querem arrastar para uma situação de subdesenvolvimento cultural, mascarada por obras de fachada ou programas de pesquisa de pretensa utilidade a curto prazo. Aos que no fundo pensam que o nosso património cultural se reduz a um conjunto de monumentos simbólicos e emblemáticos, lembraremos que o núcleo principal desse património é constituído pelos criadores culturais vivos, seja qual for a sua esfera específica de acção, e que são essas forças e energias que é necessário estimular para desenvolver Portugal e o projectar no mundo.

V. O. J.

CONGRESSO INTERNACIONAL «JUDIOS E CONVERSOS EN LA HISTORIA»

Este Congresso decorreu em Ribadavia, Galiza, de 14 a 17 de Outubro de 1991, organizado pelo Centro de Estudos Medievais de Ribadavia com a colaboração das Universidades de Santiago e Vigo (Faculdade de Humanidades de Orense), Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris, Casa de Velázquez de Madrid e Centro de Estudos Históricos do CSIC.

A coordenação científica do Congresso esteve a cargo dos Doutores Carlos Barros (Universidade de Santiago), José Luis Lacave (Consejo Superior de Investigaciones Científicas), Moisés Orfali (Universidad Bar-Llan, Israel), Joseph Perez (Casa de Velázquez, Madrid), e Bernard Vincent (Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris).

Congresso essencialmente medievalista, contou com a participação da maioria dos especialistas do judaísmo ibérico, quer da Península, quer franceses, israelitas, ingleses, americanos e russos; colaboraram também alguns investigadores ibéricos ligados aos cristãos-novos e à Inquisição.

É de salientar o alto nível das comunicações, distribuídas por três secções: Mentalidades, Cultura e Religião e Sociedade, assim como a adesão de professores e

alunos de várias Faculdades e outras Instituições Culturais da Galiza, bem como do público em geral, extraordinariamente participativo.

Na sessão de abertura e na presença do Conselheiro da Cultura, dos Reitores das Universidades de Vigo e Santiago, Alcaide de Ribadavia e Presidente da Deputação de Orense, teve lugar a conferência inaugural a cargo de Jacques LE GOFF, director da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris, o qual com a profundidade, rigor e estilo que tão bem o caracterizam, cativou e deixou perplexo o auditório com a questão que, e muito bem, deixou em aberto: «Les juifs dans la chrétienté médiévale: dedans ou dehors?»

Aliás, uma das constantes deste congresso, prova cabal do seu nível científico, foi precisamente o teor das questões e o modo como foram apresentadas, de molde a proporcionarem novas pistas e temas de reflexão como relativamente à História das Mentalidades, entre outros, o problema da origem, fundamentação e evolução da limpeza de sangue (John H. Edwards, U. de Birmingham e Joseph Perez da Casa de Velázquez, Madrid), a afirmação de alteridade dos cristãos-novos portugueses como parte da sua identidade (M. José Ferro, U. Nova, Lisboa), enfim a sua mentalidade, do judeu ou do judeu converso (Maurice Kriegel, U. de Haifa e Moisés Orfali, U. Bar-Ilan, Israel), mentalidade projectada inclusivamente através das imagens que deles fazem os cristãos (Jean-Claude Schnitt e Danièle Sansy, EHESS, Paris).

Uma questão particularmente sugestiva e interessante, até porque tratada a vários níveis, foi a tolerância, geradora de acesa controvérsia, na medida em que se verificou que a sociedade portuguesa foi na generalidade mais complacente quer relativamente ao judeu quer ao cristão-novo (Carlos Barros, U. de Santiago; Benito Ruano, Real Academia de la História; Humberto Baquero Moreno, José Marques e Elvira Azevedo Mea, U. do Porto; Garcia Carcel, U. Autónoma de Barcelona; Jaime Contreras, U. Autónoma de Madrid).

Na secção Cultura e Religião, destacaram-se, entre outros, alguns aspectos da e na cultura universitária de judeus e cristãos-novos (Adeline Rucquoi, CNRS, Paris; António A. Tavares, U. Nova, Lisboa).

Na secção Sociedade, as numerosas comunicações, dada a sua alta craveira, foram do mesmo modo seguidas de debate vivo, como as que anteriormente referimos, pelo que é muito difícil uma escolha. Pessoalmente, tocou-nos de modo especial as comunicações genéricas e profundas, fruto de uma investigação de muitos anos, de José Luis Lacave (CSIC, Madrid), de David Romano (U. de Barcelona) ou de Miguel A. Ladero Quesada (U. Complutense, Madrid). Ainda nesta secção e já concernentes a cristãos-novos destacaria os trabalhos das investigadoras portuguesas Fernanda Olival e Hermínia Vilar (U. de Évora) e M. Carmo Pinto (U. Aberta, Lisboa).

No âmbito do congresso esteve patente uma exposição filatélica nacional «Yo Recuerdo», temas de Israel e Terra Santa, no museu etnográfico do Ribeiro (Ribadavia) e realizaram-se dois concertos: o primeiro da «Coral Polifónica do Club Artístico de Ribadavia» na igreja de Santo Domingo; o segundo, a cargo da «Xovem Orquestra de Galicia» na igreja de São Francisco.

Após uma visita à espectacular Ribadavia monumental, o Presidente da Junta da Galiza encerrou o congresso, procedendo-se então à entrega dos diplomas.

Foram momentos inesquecíveis quer em função dos valiosos trabalhos, plenos de dados, abrindo novas pistas e reflexões quer em contactos profícuos que nos possibilitaram conseguir respostas, criar novas dúvidas ou formular outras hipóteses, incentivo essencial para os maus momentos da investigação.

Não há palavras para a hospitalidade galega.

Elvira Azevedo Mea

COLÓQUIO TÉCNICO DA COMISSÃO INTERNACIONAL DE DIPLOMÁTICA

Na sequência da candidatura apresentada no Colóquio de Edimburgo, em 1989, aprovada no ano seguinte, em Madrid, de 9 a 12 de Setembro de 1991, realizou-se pela primeira vez em Portugal o *Colóquio Técnico da Comissão Internacional de Diplomática*, que, estatutariamente, tem lugar por ocasião da Assembleia Geral. Era uma antiga aspiração do reduzido número de membros portugueses desta Comissão Internacional, que, assim, tiveram oportunidade de divulgar, junto destes especialistas e por estes junto da comunidade científica internacional, a importância de alguns dos nossos Arquivos e a qualidade dos estudos efectuados entre nós.

Foi precisamente com esse intuito que o Colóquio foi programado numa perspectiva descentralizante, dentro das disponibilidades de tempo a ele destinado, tendo o primeiro dia sido reservado para o Porto, o segundo para Braga e o terceiro para Coimbra, tendo a clausura ocorrido também no Porto, na manhã do dia 12.

A organização do Colóquio nestes moldes só foi possível mercê do patrocínio plural recebido de instituições públicas e privadas, oportunamente mencionadas, cujo elenco completo não é possível incluir neste lugar, às quais se reitera a gratidão da Comissão Organizadora.

O Colóquio, que contou com três dezenas de membros da Comissão Internacional de Diplomática, procedentes da Suécia, Dinamarca, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Áustria, Roménia, Espanha e Portugal, foi seguido por docentes e alunos das Universidades do Porto, Braga e Coimbra, nas jornadas efectuadas em cada uma delas, cabendo aqui uma palavra de reconhecimento às respectivas Reitorias e Faculdades de Letras, bem como à Câmara Municipal do Porto, e às Caves Ramos Pinto e Raposeira pelo acolhimento dispensado, e aos Directores dos Arquivos da Universidade de Coimbra e Distrital de Braga (U. M.) e da Biblioteca Pública Municipal do Porto, pelas exposições intencionalmente preparadas para esse fim.

O tema central do Colóquio foi *A diplomática régia na Baixa Idade Média* e contou com excelentes comunicações, relativas a cada uma das várias regiões europeias, previamente definidas, assim distribuídas: I. Hlavacek — *La typologie des actes des empereurs d'Allemagne*; R. H. Bautier — *Rois de France*; G. W. S. Barrow — *The typology of Scottish acts c. 1230-c. 1350*; Jane Sayers — *The English Royal Chancery from 1199 to 1399*; J. Karayannopoulos *Empereurs de Byzance*; H. Mayer — *Princes d'Orient Latin*; Pereira, Marques, Coelho e C. Homem — *Diplomatique royale portugaise: Alphonse IV (1325-1387)*; Maria Dogaru e I. Silkowska Kuras — *Les types de documents émis par les chancelleries roumaines et la convergence des civilisations dans l'Europe de l'Est*; Herluf Nielsen — *Über verschiedene Typen der skandinavischen Königsurkunden*; P. Ostos e M.^a J. Sanz Fuentes — *Corona de Castilla: Documentación real. Tipología (1250-1399)*; M. Carcel Orti e R. Conde — *Corona de Aragón: Documentación real. Tipología (S. XIII-XIV)*, como melhor se verá nas Actas, a publicar brevemente.

Houve, ainda, oportunidade de efectuar diversas visitas de estudo, que nos dispensamos de enumerar.

Não poderemos, no entanto, omitir algumas referências a decisões de carácter administrativo, tomadas na Assembleia Geral, que prestou homenagem ao Vice-Presidente, Prof. José Trenchs Odena e ao Prof. Nuñez Contreras, recentemente falecidos, tendo sido eleita para a vaga de Vice-Presidente a Prof.^a Maria J. Sanz Fuentes, da Universidade de Oviedo.

Ficou ainda decidido que o Colóquio de 1992 terá lugar em Olmuz, na Checoslováquia e que o Congresso Internacional de Innsbruck decorrerá de 27 de Setembro a 2 de Outubro de 1993.

Espera-se que a reunião de 1994 se possa efectuar em Heidelberg. Entretanto, dispõe-se já da convocatória para o Colóquio de 1995, a realizar em Monreal, no Canadá.

J. Marques

HOMENAGEM AO PROFESSOR VICTOR DE SÁ

Com motivo da jubilação do Prof. Joaquim Baptista Victor de Sá, do Departamento de História Contemporânea desta Faculdade e assíduo colaborador desta «Revista», foi-lhe prestada significativa homenagem, promovida por uma Comissão integrada por Docentes do referido Departamento.

Do vasto programa jubilar, salientamos o ciclo de conferências, realizado no Auditório da Reitoria, a publicação de um volume de estudos e um jantar de confraternização, presidido por um representante do Magnífico Reitor, com a presença dos Órgãos Directivos da Faculdade de Letras, no qual se reuniu, à sua volta, um elevado número de colegas, de antigos e actuais alunos e de admiradores, vindos de todo o País.

Ao Sr. Prof. Victor de Sá desejamos longos anos de vida, com votos de muitas felicidades.

J. Marques

PROVAS ACADÉMICAS

A actividade de uma Faculdade, além da docência quotidiana, terá de ser avaliada, de modo particular, pelos resultados da investigação aí realizada, quer pelos seus docentes — inclusive, após a conclusão do respectivo *curriculum* académico — quer por eles orientada nos cursos que ministram.

Parte significativa dos resultados desse intenso labor investigativo concretiza-se em teses ou dissertações de doutoramento e de mestrado, que, em numerosos casos, por razões de natureza económica, não chegam a ser publicadas, convido, por isso, proceder ao seu registo, em publicações que veiculem a sua existência.

Dentro desta perspectiva, aqui arquivamos a notícia das dissertações de mestrado em História Medieval e Moderna, apresentadas e defendidas com êxito, nesta Faculdade, desde Outubro de 1989 até Fevereiro de 1992, referindo, de forma sintética, apenas a data da defesa, o nome do(a) autor(a), o título, a composição do júri e a classificação. Assim:

— 17-Outubro-1989; Maria Cristina Oliveira Moreira Gomes Pimenta Aguiar Pinto; *A Ordem Militar de Avis*; Profs. Doutores Humberto Carlos Baquero Moreno, Luís Alberto Adão da Fonseca e Manuel González Jiménez (arguente), da Univ. de Sevilha; Muito Bom.

— 17-Outubro-1989; Isabel Luísa Morgado de Sousa e Silva; *A Ordem de Cristo sob o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa*; Profs. H. C. Baquero Moreno, Luís A. Adão da Fonseca e Manuel González Jiménez (arguente); Muito Bom.

— 3-Novembro-1989; Maria Cristina Almeida e Cunha; *A Ordem Militar de Avis*; Profs. Doutor Luís A. Adão da Fonseca, Maria Helena da Cruz Coelho, da F.L. U. Coimbra, e José Marques (arguente); Muito Bom.

— 16-Novembro-1989; Isabel Maria Gomes Fernandes de Carvalho Lago Barbosa; *A Ordem de Santiago em Portugal na Baixa Idade Média*; Profs. Doutores José Adriano Moreira Freitas de Carvalho (arguente), Luís A. Adão da Fonseca e Eduardo Borges Nunes (F.L.U.L.); Muito Bom.

— 17-Novembro-1989; António Pais de Matos dos Reis; *Origens dos Municípios Portugueses*; Profs. Doutores H. C. Baquero Moreno, Luís A. Adão da Fonseca e Maria Helena da Cruz Coelho (arguente), da F.L. U.C.; Muito Bom.

— 7-Dezembro-1989; Eugénia Maria Silva Pereira da Mota; *Do «Africano» ao «Príncipe Perfeito»*; Profs. Doutores H. C. Baquero Moreno, (arguente), Armando Luís Gomes de Carvalho Homem e Maria José Azevedo Santos, da F.L.U.C.; Muito Bom.

— 19-Março-1990; Adelaide Lopes Pereira Millan da Costa; *Vereação e vereadores: o governo do Porto nos finais do século XV*; Profs. Doutores H. C. Baquero Moreno, Iria Vicente Gonçalves (arguente), da F.L.U.L., e Armando Luís G. Carvalho Homem; Muito Bom.

— 6-Abril-1990; José Paulo Moura; *A Época da Bonança — Economia e Sociedade do Porto ao tempo da invasão francesa*; Profs. Doutores Luís António de Oliveira Ramos; António Pedro Vicente (arguente), da F.C.S.H. da Univ. Nova de Lisboa; João Francisco Marques; Muito Bom.

— 3-Maio-1990; Fernanda Paula Fernandes Oliveira de Sousa Maia; *O Mosteiro de Bustelo*; Profs. Doutores Cândido Augusto Dias dos Santos (arguente), António de Oliveira e Aurélio de Araújo Oliveira; Muito Bom.

— 10-Outubro-1990; Isilda Maria dos Santos Braga da Costa; *O Mosteiro de Pedroso — 1560-1698*; Profs. Doutores Luís Manuel Rocha Ferrand de Almeida (arguente), da F.L.U.C., Aurélio de Araújo Oliveira e João Francisco Marques; Muito Bom.

— 7-Novembro-1990; Ana Paula Pombinho Mantinho; *Reedificando o Céu. Nomes de baptismo em Gondomar (1583-1799)*; Profs. Doutores Joaquim Manuel Pantoja Nazareth (arguente), da F.C.S.H. da U.N.L., Fernando Alberto Pereira de Sousa e Carlos Alberto Ferreira de Almeida; Muito Bom.

— 21-Novembro-1990; Margarida Maria Pinto Soares Duarte; *A população de S.^{ta} Marinha — Mobilidade geográfica e estrutura sócio-profissional (1700-1800)*; Profs. Doutores Joaquim Manuel Pantoja Nazareth (arguente), da U.N.L., Fernando A. P. de Sousa, Joaquim Victor B. G. de Sá. Muito Bom.

— 1-Fevereiro-1991; Ana Maria Santos Nóbrega de Oliveira Braga; *Para uma História do Casamento em Portugal nos finais do Antigo Regime: O quadro normalístico*; Profs. Doutores Eugénio Francisco dos Santos, Maria Benedita de Almeida Araújo (arguente), da F.L.U.L., Francisco Ribeiro da Silva; Muito Bom.

— 6-Março-1991; Isolina Rosa P. Ladeira Alves Pereira; *Mobilidade geográfica na cidade do Porto: 1800-1827*; Profs. Doutores Joaquim Manuel Pantoja Nazareth (arguente), da U.N.L., Fernando A. P. de Sousa e Francisco Ribeiro da Silva; Muito Bom.

— 5-Julho-1991; Alcina Manuela de Oliveira Martins. *Os votos de S. Tiago no Norte de Portugal, na Idade Média (séc. XII-XV)*; Profs. Doutores H. C. Baquero Moreno, Fernando Lopes Alsina (arguente), da Univ. de Santiago de Compostela, e José Marques; Muito Bom.

— 8-Julho-1991; Judite Antonieta Gonçalves de Freitas; *A burocracia do «Eloquente» (1433-1438). Os textos, as normas, as gentes. I e II volumes*; Profs. Doutores H. C. Baquero Moreno, Armando Luís G. Carvalho Homem e Maria José Azevedo Santos (arguente), da F.L.U.C.; Muito Bom.

— 6-Janeiro-1992; Joel Silva Ferreira Mata; *A Comunidade feminina da Ordem de Santiago: A Comenda de Santos na Idade Média*; Profs. Doutores Luís A. Adão da Fonseca, Maria José Pimenta Ferro Tavares e José Marques (arguente); Muito Bom.

— 6-Janeiro-1992; Mário Raúl de Sousa Cunha; *A Ordem de Santiago das origens a 1327*; Profs. Doutores H. C. Baquero Moreno, Luís A. A. da Fonseca e Pedro Ferreira Gomes Barbosa (arguente), da F.L.U.L.; Muito Bom.

— 17-Janeiro-1992; Cláudia Maria Novais Toriz da Silva Ramos; *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães — c. 950-1250*; Profs. Doutores H. C. Baquero Moreno, Maria Helena da Cruz Coelho (arguente), da F.L.U.C., e José Marques; Muito Bom.

— 17-Janeiro-1992; Maria do Rosário Barbosa Morujão; *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Belas (séculos XIII a XV)*; Profs. Doutores H. C. Baquero Moreno, Maria Helena da Cruz Coelho (arguente), da F.L.U.C., e José Marques; Muito Bom.

— 22-Janeiro-1992; Henrique Fernandes Rodrigues; *A emigração do Alto-Minho — 1835-1860*; Profs. Doutores Eugénio Francisco dos Santos, Jorge Carvalho Arroteia (arguente), da Univ. de Aveiro, e Francisco Ribeiro da Silva; Muito Bom.

— 29-Janeiro-1992; Maria Manuela Baptista Martins Rodrigues; *Morrer no Porto durante a época barroca: Atitudes e sentimentos religiosos*; Profs. Doutores Joaquim Veríssimo Serrão (arguente), da F.L.U.L., Eugénio Francisco dos Santos e João Francisco Marques; Muito Bom.

— 10-Fevereiro-1992; Amândio Jorge Morais Barros; *A Confraria de S. Pedro de Miragaia do Porto, no século XV*; Profs. Doutores H. C. Baquero Moreno, Iria Vicente Gonçalves (arguente), da U.N.L., e José Marques; Muito Bom.

— 14-Fevereiro-1992; António Pedro da Costa Mesquita Brito; *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto (1500-1580)*; Profs. Doutores Luís A. de Oliveira Ramos, António de Oliveira (arguente), da F.L.U.C., e Francisco Ribeiro da Silva; Muito Bom.

— 14-Fevereiro-1992; Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira Nunes de Lemos Peixoto; *História social da administração do Porto — 1700-1750*; Profs. Doutores Luís A. de Oliveira Ramos, Maria Helena Carvalho dos Santos (arguente), da U.N.L., e Francisco Ribeiro da Silva; Muito Bom.

— 20-Fevereiro-1992; Saúl Julião Pinheiro Maciel; *Piedade, instrução e apostolado da rua na 2.ª metade do século XVIII — O itinerário do Fundador do Seminário da Caridade dos Órfãos Desamparados de Lisboa*; Profs. Doutores Eugénio Francisco dos Santos, Amélia de Araújo Oliveira e José Viriato Eiras Capela (arguente), da Univ. do Minho; Muito Bom.

PROVAS DE DOUTORAMENTO

No dia 25 de Janeiro de 1992, perante o júri constituído pelo Reitor da Universidade do Porto, representado pelo Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, e pelos Profs. Doutores Artur Nobre de Gusmão, da F.L.U.C., H. C. Baquero Moreno, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Eugénio Francisco dos Santos e Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira Alves, prestou provas de doutoramento em História, especialidade de História da Arte, o licenciado Agostinho Rui Marques de Araújo, que defendeu a dissertação: *A experiência da Natureza e a sensibilidade Pré-Romântica em Portugal: Temas de pintura e seu consumo — 1780-1825*. Foi 1.º arguente, o Prof. Carlos A. F. Almeida e 2.º arguente, Artur Nobre Gusmão, tendo o candidato sido aprovado «por unanimidade, com distinção e louvor».

J. Marques

**«ON A MEDIEVALIST'S DEATH»¹:
JOSEPH R. STRAYER
(1904-1987)**

1. Da morte dos historiadores

«[...] o decoro interdita qualquer referência à morte. É mórbido e fala-se como se ela não existisse. Há apenas pessoas que desaparecem e de quem se deixa de falar — e de quem, talvez, se fale mais tarde, quanto se tiver esquecido que morreram [...]» (Philippe ARIÈS)².

As palavras de Ariès aqui transcritas julgo comprovarem plenamente que o “fenómeno” que quero começar por referir não é pecha portuguesa, latina ou sequer europeia: não raro, com efeito, um investigador que lide com obras de “veteranos” da Historiografia se vê colocado perante a dúvida — ainda é vivo? já morreu? Por muitas excepções que se possam apontar, o facto é que, e nos mais diversos países, as revistas de *História*, universitárias ou de editor comercial, estão longe de referir sistematicamente os historiadores que vão desaparecendo do nosso convívio³. Mais regularmente o vão fazendo as publicações académicas, até pelos processos de “substituição” que os falecimentos comportam. De qualquer modo, nada disto desmente a realidade de fundo: nacional ou internacionalmente, quer a comunidade dos historiadores, quer o público leitor da produção historiográfica estão *pouco* informados sobre quem vive e quem morre⁴. Poder-me-ão argumentar que Braudel, Ariès, («mutatis mutandis») Sanchez-Albornoz ou, mais recentemente, Norbert Elias se viram “mediatizados” aquando dos respectivos passamentos, e que a “comunidade científica” não deixou de os evocar; mas já E. Labrousse passou comparativamente mais despercebido; e mais ainda um Paul Lemerle, que no entanto fora um dos directores da «Nouvelle Clio»; ou um Michel de Boüard, maugrado o seu destaque na Arqueologia medieval. E se passarmos a nomes “de segundo plano” ou a Historiografias nacionais menos “internacionalizadas”, que dizer então! Aconteceu-me já escrever uma *recensão crítica póstuma*... sem o saber...

No fundo, porquê? Tudo isto se afigura paradoxal, numa conjuntura dita de re-contextualização temporal nas Ciências Humanas, de retorno da “biografia”, de pujança da História da Historiografia... Estes factos são certos, e não ficarão por certo sem consequências quanto ao problema que me ocupa⁵. Mas para já é cedo. Por enquanto, os historiadores continuam, sem dúvida, a ser «esses desconhecidos». Porquê? — repito.

¹ Paráfrase, obviamente, de um título: *On the Medieval Origins of the Modern State*.

² Cit. por Gérard VINCENT, «Uma história do segredo?», in *História da Vida Privada*, dir. por Ph. ARIÈS e G. DUBY, 5. *Da Primeira Guerra Mundial aos nossos dias*, vol. dir. por A. PROST e G. VINCENT, trad. port., Porto, 1991, p. 340.

³ Salvo, evidentemente, quando se trate de membros da Direcção ou Redacção.

⁴ O que, se não desculpa, permite atenuar, ainda que levemente, o facto de escolares dos primeiros anos da licenciatura indicarem correntemente Damião Peres, Paulo Merêa ou Virgínia Rau como historiadores portugueses vivos...

⁵ Tenha-se por exemplo em conta a importância da abordagem das *élites* intelectuais contemporâneas, da *prosopografia*, como método de aproximação — também — aos historiadores de tempos passados, ou o estudo das «grandes escolas»; obras de autores tão diversos como Christophe CHARLE (nomeadamente *Naissance des «intellectuels». 1880-1900*, Paris, 1990), Charles-Olivier CARBONELL (sobretudo *Histoire et Historiens. Une mutation idéologique des historiens français. 1865-1885*, Toulouse, 1976), Gérard VINCENT (*Sciences-Po: Histoire d'une réussite*, Paris, 1987) ou Pierre BOURDIEU (neste caso *La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*, Paris, 1989).

Obviamente, e antes de mais, porque até há pouco vivemos tempos de des-contextualização. Porque a História da Historiografia era cultivada em moldes incipientes. Porque na discussão História-conhecimento histórico se esquecia quase invariavelmente o agente desse conhecimento. «Pas d'historiens, pas de documents!» — sentir-me-ia eu hoje, pelo contrário, tentado a dizer.

Mas o problema é mais longo. Com Michel de Certeau, eu lembraria que, na sua prática, o historiador se situa em função de um *lugar* e de uma *instituição*⁶. Instituição (universitária, nas mais das vezes) implicará *poder*. E um poder demasiado cioso de si próprio pode ter dificuldade em suportar a evidência de que *antes* e *noutros lugares* houve/há *outros poderes*, outros homens do Poder (e com Poder). Daí que os termos de carreira possam não ser fáceis — Braudel foi Braudel e não deixou de o sentir...⁷ — e que às retiradas (com homenagem ou sem ela) se siga não raro um véu de silêncio, que por vezes nem a morte levanta.

Mas há mais. *Morte é corte*. E na «realidade passada» o *corte* não existe, o *corte* é produto do próprio historiador no seu trabalho sobre a «realidade histórica»⁸, apreendida qual sucessão de imagens projectadas num «écran», na consciência (fluida) de uma mudança de imagem residindo, em última análise, o *acontecimento*⁹. Interrogação (inevitável?): a morte dos historiadores “perturba” os historiadores?

A “veterania” de Joseph R. Strayer era-me por demais conhecida: uma obra científica iniciada nos anos 30, alguma notoriedade na Europa ainda antes da 2.ª Guerra Mundial. Uma longa carreira na Universidade de Princeton, onde “faria escola”, retirando-se em meados dos anos 70. Mas a «aposentação» não significaria paragem. Tempo de produção de algumas das suas obras mais significativas, o final da década veria surgir o monumental *Philip the Fair*. E em 1982 começaria a publicar-se, sob a sua direcção, um volumoso dicionário de História Medieval; o 9.º tomo sairia em 1987. Irregularmente embora, as notícias iam chegando.

Depois... o silêncio. No Verão de 1990 um encontro ocasional com um «amigo (temporariamente) americano»¹⁰. O pedido de uma indagação. E, no Outono seguinte, o informe solicitadô: Strayer morrera mais de 3 anos antes. O 9.º volume do referido dicionário terá sido assim a sua última contribuição.

1987-1990... seria *tarde* para uma evocação? A hesitação não foi longa. Desde 1978 que regularmente eu citava a sua produção, nomeadamente o pequeno livro de

são a esse respeito significativas. Como significativa foi também, e «malgré tout», a dimensão vivencial e biográfica presente nos colóquios evocativos do cinquentenário dos *Annales* [1979] (*Au berceau des Annales. Le milieu strasbourgeois. L'histoire en France au début du XX^e siècle*, ed. Ch.-O. CARBONELL e G. LIVET, Toulouse, 1983) e do centenário de Marc Bloch [1986] (*Marc Bloch aujourd'hui. Histoire comparée & Sciences Sociales*, ed. H. ATSMa e A. BURGUiÈRE, Paris, 1990). E, no meio de tudo isto, a emergência de uma «ego-história»...

⁶ «A operação histórica», in *Fazer História*, dir. por J. LE GOFF e P. NORA, 1. *Novos problemas*, trad. port., Amadora, 1977, pp. 18 ss. (ed. original, Paris, 1974).

⁷ «Fernand Braudel lui-même n'est-il pas considéré visiblement, par ses successeurs officiels, comme quelque peu dépassé?» (Albert SILBERT, «Modernité et archaïsme in Histoire: quelques réflexions», in *Estudos e Ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, 1988, p. 61).

⁸ Na acepção em que «réel passé» e «réel historique» nos surgem, por exemplo, em Jean-Philippe GENET, «Histoire, Informatique, Mesure», in *Histoire & Mesure*, 1-1 (1986), p. 7.

⁹ Cf. Krzysztof POMIAN, *L'Ordre du Temps*, Paris, 1984, pp. 16-19.

¹⁰ Cf. *infra*, nota 15.

1970¹¹, num processo em que, com Martim de Albuquerque¹² e Maria Helena da Cruz Coelho¹³, terei sido pioneiro em Portugal; a obra em causa conheceria tradução portuguesa em 1986, sendo a partir de então de manuseio ainda mais corrente pelos jovens estudiosos, particularmente na Universidade do Porto.

A presente evocação acabou assim por se apresentar como natural. Direi mesmo: inevitável. Mesmo que quatro anos decorridos sobre a morte de um Historiador.

«[...] uma biografia não se estabelece entre o nascimento e a morte de alguém, (...) a morte, muitas vezes, é o início da verdadeira história que vem a interessar para essa biografia» (Francisco José VIEGAS)¹⁴.

Armando Luís de Carvalho Homem

2. Um trajecto, uma obra

Joseph Reese Strayer nasceu em Baltimore (Maryland) a 20 de Agosto de 1904, e faleceu em Princeton (Nova Jersey) a 30 de Junho de 1987. Foi casado duas vezes, a segunda das quais com a medievista inglesa Sylvia L. Thrupp. Estudou na *Horace Mann School* e licenciou-se em Princeton, em 1925. Estudou depois em Harvard, e aí obteve o grau de mestre (1926) e o doutoramento (1932). Pelo meio, um breve estágio em Paris (1929). Foi *instructor* de História no *Stevens Institute of Technology*, em Hoboken, de 1929 a 1930, vindo a exercer igual função na Universidade de Princeton a partir de 1930. Nesta Universidade faria toda a sua carreira, sendo sucessivamente *assistant professor* (1936-1940), *associate professor* (1940-1942), *Henry Charles Lea Professor of History* (1942-1949) e *Dayton-Stockton Professor of History* (1949-1973). Foi *chairman* do departamento de História de 1941 a 1961 e professor emérito a partir de 1973. Pertenceu ao conselho da cidade de Princeton de 1964 a 1967.

Ocupou lugares de evidência em numerosas associações científicas, de entre as quais cabe mencionar: a *American Academy of Arts and Sciences*; a *Mediaeval Academy of America*, sendo seu vice-presidente de 1949 a 1951 e presidente de 1966 a 1969; a *American Philosophical Society*; a *American Historical Association* (e seu presidente em 1971). Foi ainda membro de direcção do *American Council of Learned Societies* (1948-1951), sócio da *British Academy* e doutor «honoris causa» pelas universidades de Caen (1957), Lehigh (1976) e Princeton (1980)¹⁵.

¹¹ Cf. *Obras...*, [5].

¹² Cf. referências a *On the Medieval Origins...* em «A formação jurídica de Herculano: fontes e limites», in *Alexandre Herculano à luz do nosso tempo. Ciclo de conferências* da Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1977, p. 351, e em «Política, Moral e Direito na construção do conceito de Estado em Portugal», in *Estudos de Cultura Portuguesa*, 1.º vol., Lisboa, 1983, p. 131.

¹³ A autora cita a tradução espanhola (de 1981) de *On the Medieval Origins...* em *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (estudo de história rural)*, vol. I, Coimbra, 1983, p. 439 et passim.

¹⁴ *Morte no Estádio*, cap. 1, Lisboa, 1991, p. 16.

¹⁵ A maioria dos dados biográficos apontados é proveniente de «STRAYER, Joseph Reese 1904 —», in *Contemporary Authors*, vol. 103 (1983), p. 497, e da notícia publicada no *New York Times* de 4 de Julho de 1987. Os autores agradecem ao Dr. Paulo P. Machado, docente da Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física da U.P. e actualmente bolseiro na Universidade da Califórnia — Santa Bárbara, os elementos que lhes facultou sobre a carreira de Joseph R. Strayer.

A obra de Strayer reflecte alguns dos principais objectos da análise da burocracia e do Estado medievais, quando descreve a peculiaridade da organização e do funcionamento das instituições tardo-medievais como fazendo parte de um processo que culmina na construção do Estado «Moderno»¹⁶. O autor dedicou grande parte da sua vida ao estudo das instituições de dois dos mais precoces «Estados Modernos» europeus, a França e a Inglaterra, nos séculos XII, XIII e XIV, salientando as linhas gerais do seu desenvolvimento como vertentes essenciais de uma configuração institucional.



¹⁶ Como que reflectindo alguns dos pontos de abordagem de maior interesse na obra de Joseph R. Strayer no que diz respeito à administração e ao governo medievais, em sua homenagem foi publicada uma colectânea de ensaios subordinada ao título *Order and Innovations in the Middle Ages: Essays in Honour of Joseph R. Strayer*, Princeton — New Jersey, 1976.

No seu primeiro estudo monográfico, intitulado *The Administration of Normandy Under Saint Louis*, caracteriza a especificidade e a preeminência das instituições daquela província no desenvolvimento global do Estado francês, surgindo como promotora da criação de um sistema geral de «administração local», com um ordenamento jurídico, instituições e condições sociais de existência própria¹⁷. A análise das instituições normandas na centúria de Trezentos permite-lhe caracterizar alguns dos aspectos da «transição» da «sociedade feudal» para o «Estado».

Num outro estudo monográfico demonstra como é que o aparecimento de um sistema de impostos concedeu um maior poder a Filipe o Belo¹⁸.

É no entanto na década de setenta que produz algumas das suas obras mais significativas do ponto de vista da história jurídico-política das monarquias francesa e inglesa, nelas lançando importantes vectores de abordagem das «origens medievais do Estado Moderno». Uma das questões que coloca com extrema pertinência é, sem dúvida, a que se reporta à influência do Direito Romano na formação do Estado monárquico, vindo a ser considerado como um dos principais autores do nosso século a integrar justificadamente a corrente de relegação de tal influência¹⁹. Precisamente num dos seus livros²⁰ procede à clarificação dessa ideia, já clássica, afirmando: «Dire que le développement d'une classe d'hommes formés au droit romain a grandement contribué au développement du pouvoir royal semble injustifié. Sans doute les gens de justice du Midi étaient-ils utiles au roi, mais ils n'étaient pas nécessaires (...), en fin de compte (...) elle a probablement retardé, plutôt que servi, le développement du pouvoir royal»²¹. No estudo do pessoal político e administrativo da França de Filipe o Belo contrapõe-se assim à tradicional ideia da influência do Direito Romano na monarquia francesa. A questão que subjaz a toda esta problemática reporta-se, evidentemente, à existência ou não de uma política jurídica especificamente da monarquia medieval francesa e inglesa, ou se tal política é uma herança directa do Direito Romano. Joseph R. Strayer chama atenção para os vários aspectos jurídico-políticos da monarquia tardo-medieval, salientando que a sua constituição radica num conjunto de ordenamentos e costumes, entre os quais o referido Direito não assume um lugar de exclusividade. O estudo dos legistas veio contribuir para o reforço desta ideia, na medida em que desvendou a relatividade da aplicação do Direito Romano no quadro institucional da monarquia francesa. Neste sentido, conclui que o *Ius Romanum*, apesar de ter sido um importante instrumento de cristalização do Estado, não foi a sua causa eficiente nem a condição necessária à edificação do «Estado moderno»²².

¹⁷ Nas suas próprias palavras, ao retomar o assunto, anos decorridos refere que: «(...) the peculiar characteristics of Normandy and Languedoc were decisive in persuading the government to adopt the administrative pattern that was to prevail in France for so many generations.» (...) «Normandy and Languedoc stimulated and contributed to growth of the royal administration for reasons and in ways that seem clear and understandable» (Cf. *Obras...*, [6], pp. 48 e 57).

¹⁸ Cf. *Obras...*, [3].

¹⁹ Cf. Blandine BARRET-KRIEGLER, *Les chemins de l'État*, Paris, 1986, pp. 101-102 e, da mesma autora, *Les Historiens et la Monarchie*, II. *La défaite de l'érudition*, Paris, 1988, pp. 84 e 99, onde se ressalta o significado conjunto da obra de Joseph R. Strayer, no que diz respeito ao justo lugar para que é remetido o Direito Romano na formação do direito monárquico.

²⁰ Cf. *Obras...*, [4].

²¹ Cf. *Obras...*, [4], pp. 42 e 44.

²² Cf. Blandine BARRET-KRIEGLER, *Les Chemins de l'État*, cit., p. 102.

Considera ainda como importante vector de afirmação do Estado medieval a presença de leigos no desempenho das funções públicas, e também a especificidade de atribuições dos legistas como oficiais de Justiça, conhecedores do direito feudal e consuetudinário, distintos, obviamente, dos juristas da Antiguidade Romana. Concluindo que «(...) au sein du gouvernement, les hommes de loi experts en droit romain étaient toujours dépassés en nombre par les hommes qui n'avaient pas étudié le droit»²³. E assim, os legistas tardo-medievais, conservando um papel decisivo de colaboradores da realeza, sê-lo-iam mais como *juristas* estritos, magistrados, do que como *políticos*, e, mesmo naquela dimensão, não necessariamente como romanistas.

Analisa também as condições que determinam o aparecimento do «Estado»²⁴. O elemento primordial reporta-se ao aparecimento de unidades políticas duráveis e territorialmente estáveis, a necessidade de um centro geográfico no qual a comunidade humana possa construir o seu sistema político. Uma segunda condição relaciona-se com o estabelecimento de instituições políticas impessoais e permanentes, garantia de eficácia na condução dos assuntos públicos. A existência de um consenso sobre a necessidade de uma autoridade suprema, à qual subjaz a ideia de lealdade da parte dos súbditos, completa o panorama. E nestas condições reconhece os atributos do «Estado».

Concede ainda um lugar de privilégio à «biografia» enquanto suporte descritivo das carreiras dos oficiais permanentes de Justiça de algumas circunscrições da administração provincial da França²⁵.

É na sua última obra monográfica²⁶ que explora todas as possibilidades da «biografia», ao efectuar um estudo social e político do reinado de Filipe o Belo, que num trabalho anterior considera «(...) the culmination of the medieval French monarchy (...)»²⁷.

Procede assim à identificação dos servidores régios mais influentes, distinguindo os diferentes níveis de prestígio sócio-político daqueles junto de Filipe o Belo. Avalia o nível de desenvolvimento e consolidação da autoridade régia nas suas múltiplas vertentes político-burocráticas. Considera ainda a passagem das instituições feudais, núcleos «privados» do poder público, à monarquia; as quais foram progressivamente eliminadas pelo triunfo do poder do monarca que, acompanhado pela especialização dos oficiais da justiça e da fiscalidade, acaba por controlar a administração local, suprimindo o exercício dos direitos privados pela aplicação do direito civil. Concluindo, como em 1956: «It seems clear that Philip directed and controlled ordinary operations of government»²⁸.

²³ Cf. *Obras...*, [4], p. 44.

²⁴ Cf. *Obras...*, [5]. Esta obra constitui uma reflexão profunda sobre uma das mais importantes problemáticas da história política actual, muito embora se tenham alargado as perspectivas de abordagem (Françoise AUTRAND, Dominique BARTHÉLEMY e Philippe CONTAMINE, «L'espace français: histoire politique du début du XI^e siècle à la fin du XV^e», in *L'Histoire Médiévale en France. Bilan et Perspectives*, prefácio de Georges DUBY, Paris, 1991, p. 112).

²⁵ Cf. *Obras...*, [4], pp. 46 ss. Procede à identificação de um determinado grupo de homens do Poder — os profissionais da Justiça.

²⁶ Cf. *Obras...*, [7].

²⁷ Cf. «Philip the Fair — A «Constitutional King», trabalho de 1956, reed. in *Obras...*, [6], p. 195. O livro de 1980 é mais um dos numerosos exemplos do que afirmam os três autores citados no final da nota 24: «Il paraît à présent de nouveau légitime d'écrire «l'histoire de France» à travers la vie d'un roi» (art. cit., p. 106), embora o trabalho de Strayer seja menos *estritamente* «biográfico» do que alguns congéneres franceses.

²⁸ Cf. «Philip the Fair...», in *Obras...*, [6], p. 203.

Movendo-se entre a multi-biografia e a biografia, o percurso de Strayer não pode em rigor considerar-se singular; no entanto, em termos globais, a sua obra reflecte algumas das questões que norteiam o estudo do Estado e das sociedades políticas medievais, bem presentes hoje no discurso de um número significativo de historiadores.

Judite Gonçalves de Freitas

Principais Obras de Joseph R. Strayer:

- [1] *The Administration of Normandy Under Saint Louis*, Medieval Academy of America, 1932; reimpr., 1970.
- [2] *The Royal Domain in the Bailliage of Rouen*, Princeton — New Jersey, 1936; reimpr., 1976.
- [3] *Studies in Early French Taxation*, Harvard, 1939; reimpr., 1972.
- [4] *Les Gens de Justice du Languedoc sous Philippe le Bel*, Toulouse, 1970.
- [5] *On The Medieval Origins of the Modern State*, Princeton — New Jersey, 1970; trad. franc., Paris, 1979; trad. port., *As Origens Medievais do Estado Moderno*, Lisboa, s.d. [1986].
- [6] *Medieval Statecraft and the Perspectives of History: Essays*, Princeton — New Jersey, 1971.
- [7] *The Reign of Philip the Fair*, Princeton — New Jersey, 1980.
- [8] (Dir.), *Dictionary of MIDDLE AGES*, 9 vols. e um «Interim Index», Nova Iorque, 1982-87 e 1985.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel — **La sociedad rural en la España Medieval**, Madrid, Siglo XXI de España Editores, S.A., 1988, XX + 320 páginas.

1. Estamos em presença de uma síntese, mais concretamente a primeira sobre a evolução da sociedade rural hispânica ao longo da Idade Média. Dito isto, rapidamente se desenha na nossa frente um cenário de largos contornos espaciais e temporais. Quanto aos primeiros apenas se exclui do mapa peninsular o território português (e nem sempre); em relação aos segundos depara-se-nos uma abordagem de nada menos do que oito centúrias (séculos VIII a XV). Tanto bastaria para limitar esta nota de leitura a uma apresentação geral da obra.

Súmula de muitas leituras e reflexões, o presente estudo constitui, acima de tudo, o resultado, quase diríamos inevitável, de uma carreira pessoal dedicada, desde há vários anos, ao conhecimento da ruralidade hispânica medieval*. Graças à sua própria

* Sobre as causas mais próximas que conduziram à elaboração deste trabalho, diz-nos o próprio autor, no final da Introdução, que se trata de: «Una síntesis que, en última instancia, debe su empujón final a dos hechos bien concretos. De un lado, las II Jornadas luso-españolas de Historia Medieval. Celebradas en noviembre de 1985 en Oporto, sus organizadores me «obligaron» a rendir cuentas de «La sociedad rural peninsular en la Edad Media», forzándome a reflexionar sobre sus líneas maestras y

experiência e à orientação de um grande número de teses de licenciatura e de doutoramento, versando essencialmente temas de história agrária, García de Cortázar fez neste livro, antes de mais, o ponto da situação da investigação sobre o mundo rural peninsular da Idade Média. Mas, simultaneamente, ao comparar situações e realidades vividas em regiões tão distantes e diferenciadas como o noroeste galego e a costa mediterrânica valenciana, fez sobressair as grandes linhas de evolução que ao longo dos séculos medievais deram à Península Ibérica a sua fisionomia moderna, ou seja, a de um espaço de estados.

Como o autor confessa logo na Introdução, *«La amplitud de la temática explica la variedad de aproximaciones que el mundo rural ha tenido, lo que no es, necesariamente, sinónimo de cantidad ni de calidad de los estudios a él dedicados. Y ello en lo que parecen los tres grandes temas a dilucidar: la distribución del poder, la creación de la renta a través de una producción y la evolución del paisaje agrario. La confluencia de los dos primeros define, propiamente, una sociedad. La de los dos últimos, una economía. La de los tres, una historia rural»* (p. X). Definidos os objectivos, de igual modo acautelam-se as limitações. No entanto, os desníveis que destas últimas poderão ter resultado foram largamente compensados pela relação constante de dados e por uma invejável capacidade de questionar. Em nosso entender, este último factor constitui, talvez, a maior virtude deste trabalho, na medida em que as pistas e sugestões apresentadas podem ser tomadas como outras tantas hipóteses seguras e ordenadas de investigação.

O livro foi concebido em três grandes capítulos, para além da Introdução e Conclusão, ao longo dos quais o autor procurou estabelecer o fio condutor de uma história plurissecular, preocupando-se essencialmente em definir e caracterizar os modelos de organização social do espaço que gradualmente vão ocupando e integrando o território peninsular. Colocando-os no espaço e no tempo, de igual modo os vai relacionando, tecendo a rede cada vez mais cerrada de solidariedades e dependências que entre eles se vai estabelecendo e que acabará por articulá-los em uma cadeia de fortes e violentos contornos feudais.

2. No primeiro capítulo, *«La Formación de la Sociedad Rural Hispanocristiana en los Siglos VIII a XI»*, são colocados em presença e caracterizados os elementos preexistentes à invasão muçulmana e resultantes da evolução final do reino godo.

Três modelos parecem enquadrar a sociedade rural do período visigótico: a *villa* ou grande exploração agrária, a *comunidade de aldeia* e, por último, a chamada *«comunidad rural de «valle» o «tierra»*, que se desenvolveu particularmente na cordilheira Cantábrica e Pirenaica. Qualquer um destes modelos não constituiu, propriamente, uma inovação germânica, mas antes correspondeu a situações que se vinham desenvolvendo já desde os finais do Império com a gradual extinção da vida urbana. Como consequência, *«La tierra se convierte en elemento sustancial de ordenación de actividades y fortunas. Precisamente, en relación con ella (...), el pequeño propietario entrega tierras y libertad a quien puede garantizar su seguridad;*

sobre los temas en que aquéllas se desplegaban. De otro lado, el II Curso de Verano de mi Universidad de Cantabria en Laredo, cuyos coordinadores pusieron a mi alcance la posibilidad, durante una intensa semana del mes de agosto de 1986, de exponer ante unos treinta alumnos los primeros frutos nacidos a partir de la inicial presentación portuense» (p. XVIII-XIX).

normalmente, el gran propietario cercano, sea laico o eclesiástico. Aquél se transforma así de propietario en colono de sus propias tierras, mientras éste amplía con ellas sus propiedades. Simultáneamente a este engrandecimiento físico, el gran propietario aprovecha el vacío de poder del Estado para constituir el suyo propio. Poco a poco fortalece su posición de señor de tierras y hombres» (p. 8). A vinda dos invasores bárbaros não significou nenhum retrocesso neste processo; bem pelo contrário, uma sociedade germânica fortemente estratificada (*optimates, ingenui e servi*) possuía os incentivos necessários para o desenvolver e fortificar.

Com a chegada dos muçulmanos toda a comunidade hispânica, que parecia caminhar no sentido da feudalização, conhecerá um forte abalo e consequentemente uma alteração das suas estruturas. Tais circunstâncias permitem a García de Cortázar afirmar algo que nos parece realmente inovador: *«La desarticulación de las bases sociales de partida y la búsqueda de nuevas posiciones de poder permiten dos siglos en que puede hablarse de una cierta espontaneidad social, de una cierta libertad campesina»* (p. 7). Esta realidade ver-se-ia confirmada através da afirmação do modelo da aldeia sobre os demais. Os movimentos populacionais causados pelas incursões muçulmanas dificilmente poderiam favorecer a fixidez das estruturas hierárquicas em que assentavam as *villae* e, de alguma maneira, as próprias comunidades de vale. A mobilidade da população hispânica permitira assim, entre os séculos VIII e IX, alterar a cristalização de carácter feudal a que estava a conduzir a monarquia visigótica e, pelo menos nestes primeiros tempos, assistir ao triunfo das comunidades aldeãs aglutinadas, muitas vezes, em torno de pequenas igrejas rurais.

«Hasta los años treinta del siglo X el proceso más característico de la sociedad hispanocristiana había sido su avance colonizador, con la creación de multitud de aldeas. Sus efectivos demográficos, cuantificables eventualmente, hablan de densidades bastante considerables» (p. 27). A partir daqui começamos a detectar nas fontes documentais os primeiros sintomas de uma diversificação do vocabulário indicativo do nível social. Poderemos então dizer que o gradual assentamento da sociedade cristã nortenha acabaria por fazer ressuscitar uma dicotomia existente na época visigótica, e nunca desaparecida, mas que agora, mercê de circunstâncias favoráveis, renascia. Tornava-se claro que *«no cabía ya confiar a la misma persona la tarea de defender la tierra y de hacerla producir»* (p. 29). Os imperativos da guerra contra os muçulmanos, que se generalizava rapidamente a toda a Península e, consequentemente, comprometia toda a sociedade hispânica, exigiam uma clarificação das atribuições de cada indivíduo. Evidentemente que já antes deste período a estratificação social, tendo em conta a situação económica e o poder de certas pessoas ou famílias, era uma realidade. Porém, os documentos da segunda metade do século X trazem uma novidade, não só descrevem as situações mas, mais do que isso, classificam as pessoas: *milites* de um lado e *rustici* de outro. Esta dicotomia será porventura a mais visível e de maior ressonância no futuro; no entanto, outras oposições de sexo, de idade, de fortuna, de função, etc., acabarão por se ir impondo a partir do século X e nas centúrias seguintes, conhecendo particularidades específicas em virtude da tradição e das circunstâncias vividas nos diferentes territórios peninsulares.

Desta diferenciação e hierarquização social acabará por resultar, em paralelo, uma distinção e hierarquização dos espaços. O ponto de arranque definitivo deverá ser colocado no ano mil. Ao crescimento demográfico que já vinha de trás associam-se agora aqueles que parecem ser os primeiros excedentes produtivos com significado. Testemunhadas por variados e crescentes vestígios documentais estas realidades plasmam-se, por exemplo, na fundação de mosteiros e nos avanços espectaculares dos cristãos em direcção aos vales do Ebro e do Tejo. A grande diferença para com o século

X está, talvez, no grau de organização que agora se atinge. Esta deriva, em grande parte, das exigências de uma guerra que se havia transformado na grande missão dos reinos cristãos, tanto mais que o muçulmano era visto claramente como um usurpador. Mas resultava igualmente da aquisição de vastos territórios que exigiam uma ocupação e reorganização efectivas, sob pena de serem comprometidas as conquistas militares. Aos espaços montanhosos que haviam constituído o ponto de partida da resistência cristã, associavam-se agora os planaltos e planícies do centro da Península com diferentes formas de ocupação do território: *«Movimientos de hombres y ganados contribuyen así a articular los distintos espacios de los reinos hispanocristianos. En todos estos, montaña y llano, ganadería y agricultura, Norte y Sur comienzan a estructurarse como partes de un todo»* (p. 41).

Gradualmente, ao longo do século XI, a reconquista foi proporcionando terras e, paralelamente a uma desequilibrada distribuição das mesmas, cada vez mais o *grande propietario* se foi transformando em *senhor*. A guerra acabará por atribuir aos que a desempenham como profissionais uma supremacia social e política, traduzida igualmente do ponto de vista económico através da aquisição, legal ou ilegal, de terras. O processo de senhorialização adquirira os seus contornos mais importantes e, protegido pelo rei e favorecido pelos guerreiros, a palavra escrita encarregar-se-á de o reproduzir de forma explícita.

«Derrotados en unas localidades, triunfadores en otras, los intentos de imposición señorial no remiten a ningún principio teórico. Simplemente, a una costumbre de fuerza. Su poder ya no deriva del rey, sino de la memoria de una tradición que se crea ante nuestros ojos entre los años 950 y 1050. Su misma diversidad según localidades y comunidades es testimonio de que, en cada lugar, la costumbre no hace sino recoger un cierto equilibrio, muy provisional, entre distintos antagonismos sociales» (p. 50). O espaço e consequentemente a sociedade que nele vivia foram conhecendo uma nova ordem que agora significava, mais do que nunca, a hierarquização e submissão das aldeias que envolviam os castelos e mosteiros e, nos territórios de mais recente conquista, os centros urbanos. Tudo isto resultava em evidente desfavor dos interesses campestres. Parecia estar terminada a longa transição do mundo antigo para o medieval e, com ele, implantara-se um universo feudal de senhores e vassallos.

3. Se no primeiro capítulo o autor se preocupou essencialmente em estudar *«los aspectos relativos a la dinámica interna de la creación del modelo feudal»* (p. 55), no segundo (*«La Expansión del Modelo Feudal en los Siglos XII y XIII: Sumisión y Jerarquización de la Sociedad Rural»*) o acento foi colocado no desenvolvimento desse mesmo modelo e consequente adaptação nos novos territórios conquistados ao Islão.

O primeiro grande momento esteve precisamente na aceleração do processo reconquistador a partir da segunda metade do século XI. O confronto com os muçulmanos assumia agora o carácter de uma verdadeira *Reconquista* que, ao alargar consideravelmente o território cristão veio a incorporar, pela primeira vez, importantes centros urbanos (Toledo em 1085, Huesca em 1096, Zaragoza em 1118, etc.). As cidades constituíam elementos novos em termos de organização do espaço e, além do mais, desempenhavam um papel fulcral no processo militar em virtude da sua situação fronteiriça. O contacto directo entre formas de organização tão distintas, por outras palavras, a necessidade de articular a sociedade feudal cristã com a sociedade muçulmana bem implantada nos novos territórios, acabaria por ocupar duzentos longos anos da história peninsular, e de novo a função militar se revelaria determinante em termos sociais, políticos e económicos: *«... la perentoriedad de la guerra contra almorávides y almohades dará alas a quienes se dedican a la función militar. (...) Desde*

la ciudad, el caballero ganadero (...) o el noble interesado en los rendimientos agrícolas (...) sobreimpone su hegemonía sobre el campesino arraigado en las aldeas de la tierra o del «alfoz». (...) Desde esas cabezas de alfoz o capitales de un término, las ciudades comenzarán pronto a dar muestra de su control del mundo rural» (p. 56).

Senhores e camponeses assumem-se como os dois pontos extremos de uma grande e vigorosa cadeia humana que, através de uma malha cada vez mais apertada de dependências, se constitui numa sociedade que tenta reproduzir e aplicar nas novas terras um conjunto de práticas organizativas que tendem rapidamente a uma certa cristalização. Paralelamente, o rápido avanço para o sul levou os senhores a apostarem fortemente na criação de gado como a fórmula económica mais adequada a uma sociedade em grande mobilidade. Afirmção dos centros urbanos e incremento da exploração ganadeira acabarão por constituir-se em dois dos fenómenos mais visíveis que afectaram o mundo rural dos séculos XII e XIII.

A gradual deslocação para as cidades e um distanciamento cada vez maior em relação aos seus domínios, não impediram os senhores de manterem um apertado controlo sobre o campesinato. Com o desenvolvimento de variados mecanismos, de entre os quais se salienta o sistema rentista, o senhor continua a fazer convergir para si uma parte muito considerável dos rendimentos agrícolas. E, desta forma, a atribuição social do espaço *«parece descomponerse definitivamente en dos escalones. De un lado, un dominio eminente, que corresponde a los señores. De otro, un dominio útil, que corresponde a los campesinos»* (p. 69). Sintomas claros de um modelo que se adapta perante as novas exigências e que caminha a passos largos para a sua fixação. À escala local acabamos por encontrar um cenário análogo de hierarquização nas unidades de convivência social. Desde a família considerada e valorizada cada vez mais em sentido restrito, nuclear, passando pela aldeia, pela paróquia e chegando finalmente ao senhorio, que conhece agora o seu período de ouro, uma imagem se impõe: estas diversas unidades integram-se numa ordem de solidariedades e dependências tendencialmente institucionalizada e hierarquizada. Ao tomar a família nuclear como a célula mais funcional do ponto de vista fiscal, o senhor acabará igualmente por promover um modelo de organização social, convergindo, neste ponto, com os interesses da Igreja.

Do desenvolvimento, aperfeiçoamento e expansão das estruturas feudais para os novos territórios se encarregou o amplo repovoamento verificado ao longo da centúria de Duzentos. O crescimento demográfico que se vinha sentindo desde o ano mil, apesar das suas diferenças espaciais, constituiu-se no suporte fundamental de todo este movimento. Dos efectivos demográficos podia depender a viabilização ou neutralização das acções de ocupação dos territórios conquistados e mesmo das próprias incursões militares. A estas circunstâncias deveríamos juntar uma outra, que se viria a revelar decisiva na organização dos novos territórios e que constituía um problema original para os cristãos: o elevado índice de população muçulmana aí existente. Estas realidades, próprias da reconquista do século XIII que foi, antes de tudo, *«una conquista de reinos, esto es, de espacios articulados en una jerarquía de poblamiento, desde la capital a la alquería, pasando por ciudades, pueblos y castillos»* (p. 130), fizeram ver aos monarcas nortenhos que para efectivarem o seu poder nessas regiões necessitavam, mais do que em outras áreas, de um elevado contingente de povoadores cristãos. Os novos espaços irão transformar-se em terreno privilegiado para a expansão dominial, laica ou eclesiástica; no que toca a esta última, caberá às ordens religioso-militares o papel decisivo. Desta forma, os monarcas cristãos repartiram com os senhores a solução dos problemas levantados pela conquista e povoamento. Para estes, a situação era igualmente muito clara: de pouco valeria deterem grandes domínios se neles não se

fixassem comunidades humanas que, através do seu trabalho, criassem riqueza e consequentemente rendas. Como resultado, tornou-se evidente, nos finais do século XIII, «*que la ordenación de la sociedad rural de los nuevos territorios se había realizado en beneficio de una nobleza. Procedente del Norte, la extensión de sus dominios sirvió para crear en el Sur nuevos polos familiares de poder*» (p. 130).

Chegados ao século XIV, mesmo tendo em conta todos os particularismos regionais, podemos afirmar que o modelo feudal se adaptara e aperfeiçoara e, porventura mais importante ainda, estava vocacionado para uma longa vida. No final do mais importante período da reconquista hispânica, fica-nos «*la imagen general de una sociedad rural dominada por señores, por nobles, por ciudades o, simplemente, cada vez más, por señores nobles a través de señoríos urbanos*» (p. 178). Serão distintos «*los niveles de dependencia; las desigualdades geográficas y cronológicas (...) y el papel de los respectivos intermediarios en una dominación que se sabe económica, jurídica, ideológica*» e, por último, «*mental, global, como lo prueba la difusión de los valores feudovasalláticos en el propio lenguaje cotidiano hasta nuestros días*» (p. 178).

4. Os séculos finais da Idade Média ocupam o derradeiro capítulo deste livro («*Crisis y Acomodación Señorial en los Siglos XIV y XV: Control Urbano del Mundo Rural y Variedad de los Destinos Campesinos*»).

Adaptado à diversidade espacial e social da Península, o modelo feudal teria agora de apurar a sua organização a fim de se defender e consolidar numa sociedade onde a guerra de reconquista tinha perdido grande parte do seu peso. Para o rei e senhores a necessidade de um domínio efectivo sobre todo o território parecia ser a primeira grande tarefa, a qual encontraria na conclusão da rede de povoamento o seu veículo preferencial. E se este último factor poderia constituir, ainda que episodicamente, um problema nas regiões do norte, no sul a situação era muito mais delicada: «*... a diferencia de tierras norteñas, el territorio andaluz se encuentra todavía, en buena medida, a medio camino entre el control y la explotación. Se halla, simplemente, ocupado*» (p. 181). Nestes territórios tratava-se, mais do que em qualquer outro, de substituir a organização social do espaço muçulmana pela cristã.

A envergadura de tal empresa contribuiu para a fixação definitiva dos vários círculos da solidariedade aldeã desde a família nuclear ao senhorio, passando pela aldeia e pela paróquia. No entanto, tudo estava agora cada vez mais subordinado à dinâmica urbana. A consolidação do poder das cidades sobre o campo foi indiscutivelmente o fenómeno mais visível da hierarquização e articulação dos espaços: «*Si, antes de 1300, ya han sido notables los ejemplos de la influencia de ese mundo sobre el rural, a partir de esa fecha, el argumento de la historia de la sociedad rural tiene visos de condena bíblica: serás dominada desde las ciudades. Los señores nobles (...) y, a su lado, los profesionales (...) de las ciudades se convierten en los titulares de la propiedad campesina. Y, con frecuencia, en los ordenadores y gestores de su producción. (...) Por todas partes, al llegar a 1500, esos ciudadanos han invadido el campo. Y, nuevo signo de los tiempos, lo han llenado de cifras*» (p. 185-186). O sistema de exploração rentista, através de uma complexa rede de intermediários esforçava-se por traduzir numericamente, tornando-a quantificável e previsível, a realidade fiscal e económica do camponês. Tudo isto se foi impondo, em grande parte dos casos, de forma violenta, tanto ou mais agravada quando os sintomas da crise de Trezentos se generalizaram à escala peninsular.

Pestes, fomes e guerras, a clássica trilogia que coloriu o século XIV, época de crise por excelência, manifestaram-se em todos os reinos peninsulares. Mas que significado teve essa crise em termos de construção da Península e, obviamente, da

Europa Modernas? Mesmo não sendo ainda hoje uma questão pacífica, os factos parecem indicar tratar-se de uma crise de crescimento, um inevitável reajustamento entre os níveis demográfico e produtivo e consequente readaptação político-económica dos vários grupos sociais. Para a aristocracia a diminuição do número de homens significou o abandono dos campos e a queda das rendas: *«El debilitamiento de los señoríos, en especial, eclesiásticos aparece así, salvo en Andalucía, como una constante que, de forma parcial y fragmentaria, se aspira a demostrar en toda la geografía hispana»* (p. 193). Ao longo deste atribulado final da Idade Média o modelo feudal revelará uma versatilidade notável, permitindo aos poderosos laicos e eclesiásticos sobreviventes da crise ver a sua posição genericamente reforçada a partir da segunda metade do século XV. As facetas assumidas por essa recuperação foram variadas e, tal como o autor, pensamos *«que cada institución, cada propietario, eligió en cada momento y lugar aquella fórmula que, según su criterio y habida cuenta la relación de fuerzas existente con sus campesinos, estuvo en condiciones de imponer o, cuando menos, de proponer»* (p. 207). Incrementando a produção vinícola e a criação de gado, ou ainda, como no caso concreto da Castela do século XV, desenvolvendo a indústria têxtil rural, diferenciadas foram as tentativas de resposta à crise generalizada da Baixa Idade Média.

«La rejerarquización del poblamiento peninsular en los siglos XIV y XV tuvo (...) una importante traducción sociológica. No sólo resultaba que los núcleos se hicieron menos numerosos y más grandes, sino que la población asentada en los mayores, fueran ciudades de realengo o villas señoriales, tomaba de una forma más deliberada cada vez las riendas del poder de decisión de las actividades campesinas» (p. 224). O alargamento da senhoriação aparece ligado umbilicalmente ao triunfo urbano. Mas poderemos tomar desenvolvimento do senhorialismo como sinónimo de aumento de pressão senhorial? García de Cortázar chama a atenção para este problema estabelecendo uma diferença que, do ponto de vista operativo, se poderá revelar fundamental na investigação: *«... convendría reservar el primero (senhoriação) para una extensión del dominio de los señores, en general, a costa del realengo. Y mantener el segundo (pressão senhorial) para expresar la intensificación del dominio de un señor sobre unos vasallos dados»* (p. 226). Salvaguardada esta distinção estaremos então mais aptos a medir com precisão a diversificação das vias utilizadas pelos senhores para controlarem as comunidades aldeãs.

Cada vez mais dominada e espartilhada pelo rei e pela aristocracia, a sociedade rural não permaneceu estática. Na diversidade dos destinos dos seus membros que no comércio, na indústria e na fuga para as cidades, por exemplo, encontraram alguns caminhos alternativos, residiu talvez a mais vigorosa resposta para ultrapassar o debilitamento da sua situação perante os senhores. Apesar de tudo, subsiste um cenário final particularmente favorável aos poderosos: *«Dominio señorial desde las ciudades como fórmula de acomodación a la crisis de sus rentas; enriquecimiento generalizado, en especial, en los últimos cuarenta años del siglo y comienzos del XVI; desnivelación creciente entre las fortunas campesinas; estabilización del campesinado en sus solares familiares. La múltiple combinatoria de aquellas variedades e estas uniformidades dará el tono peculiar del desenlace de nuestra historia en los distintos espacios en torno al año 1500»* (p. 259).

Finalmente, o século XV encarregar-se-ia de trazer à luz do dia, de forma bem visível, um elemento novo: numa Península de Reinos com fronteiras que já não dividem apenas interesses reconquistadores mas Estados, surgiria inevitavelmente, *«un cierto mirar con recelo a aquéllos que aparecen como diferentes del que los contempla. Para el castellano, el portugués; para el aragonés, el navarro o el catalán;*

para el agricultor, el pastor; para el hombre de la ciudad, el aldeano; para el noble, el hombre del pueblo; para el sedentario, el que se mueve (...). Surgen así, igualmente, esas fobias características hacia grupos sociales difícilmente encajables en un marco físico estable, conocido» (p. 258).

5. Chegados ao fim desta exposição sumária de algumas das ideias que nos pareceram mais sedutoras, descobrimos uma Península de Estados com fronteiras mais ou menos reais, mas claramente modernas. Uma Península pesadamente rural, mas com o poder, no seu sentido mais lato, reservado quase exclusivamente ao mundo urbano.

Não insistiremos mais na descrição histórica. Escusado será dizer, perante tal evidência, de que forma ressaltam as semelhanças e os sincronismos ou as diferenças relativamente à nossa própria evolução histórica. No período considerado, a realidade peninsular é uma só, que, com o tempo, se foi fragmentando e diferenciando em partes que, apenas quando articuladas num todo, adquirem a sua verdadeira dimensão.

Trata-se de uma síntese inteligente e humanamente escrita, que, num só parágrafo, nos faz dar um salto para o presente e, através de situações que todos conhecemos e com que porventura convivemos, nos leva a perceber os elos que nos ligam a essa Idade Média tão longínqua e, por vezes, ainda disfarçadamente presente no nosso tempo: «*Hoy, los campesinos no caen ya de hinojos para pedir perdón, como en 1277, al abad de Sahagún, ni recubren sus cabezas de ceniza para suplicar, como en 1347 ante el de San Millán de la Cogolla, misericordia para sus yeros. Pero siguen, tal vez, manteniendo sus ojos bajos y moviendo nerviosamente la boina en sus manos cuando reclaman caridad, que no justicia, a los amos. Mientras, en la ciudad, sus hijas, enroladas en el servicio doméstico, saben bien quién es su señor*» (p. 178).

Porto, Dezembro de 1989.

Luís Carlos Amaral

HORROX, Rosemary — *Richard III, A study of service*, London, Cambridge University Press, 1989. — **RICARDO III: Um Rei incompreendido ou um reinado impossível? A propósito de uma obra recente***.

«... l'omniprésence de l'Etat définit le bastard feudalism: les contrats réservent en general, sous une forme ou sous une autre, la fidélité au roi, mais le plus important est que le retenu, l'allié ou l'ami attend de celui auquel il se lie bonne seigneurie, patronage et maintenance (...) Cette structure est conflictuelle et concurrentielle, car la centralisation entre les mains du Prince de l'argent (...) et du patronage entraine la formation de plusieurs partis...»

(Jean-Philippe GENET)¹

* Tivemos ainda em conta uma série de trabalhos sobre o rei em causa, publicados durante a década prestes a findar. Citá-los-emos *pari e passu* ao longo do texto.

¹ Jean-Philippe GENET et alii, *Projet de Colloque l'Etat Moderne et Les Elites*. Agradecemos ao Prof. Doutor Armando Luís de Carvalho Homem a possibilidade de acesso a este texto.

«L'apparition de l'Etat produit au sein de la société une coupure décisive: elle se traduit par l'autonomisation d'une sphère politique, par l'émergence d'un lieu de pouvoir distinct et spécialisé, qui prétend incarner l'unité de la société et monopoliser l'usage de la violence. (...) Ne couvrant malgré ses prétentions totalisantes, qu'une partie de l'espace social, ce système politique entre en relations d'opposition dynamique avec la périphérie sociale qui échappe à son emprise...»

(Jacques CHEVALLIER)²

Dizia E. H. Carr, há quase 30 anos, num ciclo de palestras sobre a natureza do conhecimento histórico, que: «o leitor, tal como o historiador, é um generalizador crónico...»³. Não sendo excepção, o historiador do *político*, na sua generalização, concebe a emergência do Estado moderno como o produto de uma evolução caracterizada por uma crescente burocratização dos vários departamentos governamentais e por uma impersonalização do poder político⁴. Impersonalização detectável numa (já) nítida distinção entre a pessoa do rei e o acto de governar, entre a fortuna pessoal do soberano e o erário público. O historiador sabe, no entanto, que a generalização, de que Carr falava, é apenas um meio que possibilita comparações, que permite falar de factos históricos sem ter que especificar constantemente, que permite, enfim, explicar o processo histórico de uma forma global. Como tal, o “processo civilizacional”, na expressão de Norbert Elias, que leva à passagem do estado feudal ao estado absoluto, não deve entender-se como um processo unilinear e contínuo, antes como um processo conhecendo, em determinadas alturas, retrocessos ou maiores avanços; pelo que, se a crescente burocratização e a impersonalização do poder fossem os critérios definidores do surgir do Estado Moderno, dificilmente admitiríamos a existência deste no final da Idade Média. Na verdade, é mais fácil identificar o fim da Idade Média como um período de retrocesso na montagem de um poder central forte. Retrocesso devido a uma atomização e a uma (re)personalização do poder político, caracterizado como uma feudalidade tardia, ou como um «feudalismo bastardo».

Empolamento, portanto, da periferia, através da apropriação de um poder que (já) nesta altura deveria ser entendido como público e central e pela criação de uma rede de influências em proveito de senhores locais, mas que, não raro, é construída com o consentimento e pela vontade do centro, num processo de feudalização em proveito da “inevitabilidade das forças centrífugas”⁵. Assim sendo, é preferível explicar o aparecimento

² Jacques CHEVALLIER, *Éléments d'analyse politique*, Paris, P.U.F., 1985, pág. 53.

³ E.H. CARR, *O que é a história?*, Lisboa, Gradiva, s/d., pág. 53.

⁴ «Os primórdios do Estado moderno só se iniciam quando se despessoaliza o exercício do poder, se uniformizam os direitos e deveres dos súbditos...» (José MATTOSO, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*, vol. 1. *Oposição*, Lisboa, Ed. Presença, 1985, pág. 72).

«Dans les Etats où l'évolution est plus avancée, où la distance s'accroît entre le prince et les grands corps administratifs...» (Bernard GUENÉE, *L'occident aux XIV et XV siècles — Les Etats*, Paris, P.U.F., 1971, pág. 194 e 195).

⁵ A expressão é de Norbert ELIAS em: *O processo Civilizacional. Investigações sociogenéticas e psicogenéticas*, vol. 2, Publ. Dom Quixote, Lisboa, 1990, pág. 31. Acertadamente a tradução francesa desta obra, ao contrário da portuguesa, coloca num capítulo à parte o tema dos «apanágios» distinguindo bem o tema da criação de forças centrífugas e paralelas ao poder régio.

do Estado Moderno como o produto, sem dúvida, de uma tendência para a crescente burocratização e impersonalização do poder, mas ligada a conjunturas quer de maior quer de menor centralização política. Nesta perspectiva, o século XV seria um período de difícil afirmação do Estado Moderno.

O que afinal não devemos esquecer é que nem sempre coube ao poder central o ditar das regras do jogo e que, fale-se em feudalidade tardia ou em “feudalismo bastardo”, o *leitmotiv* continua e continuará a ser o da procura de um compromisso entre dois pólos de poder: o do(s) centro(s) e o da(s) periferia(s). Dualidade inevitável, porque para governar é preciso distribuir e reconhecer poder; realidade suficientemente presente aos olhos de Eduardo III para que este mandasse pintar na Painted Chamber: «Ke ne dune ke ne tine ne prent ke desire»⁶. Obrigatoriedade de distribuir que justificará o surgir de uma fiscalidade estatal.

O mérito do trabalho de Rosemary Horrox está, quanto a nós, no facto de caracterizar a sociedade política do tempo de Ricardo III, e a situação política dos finais do século XV, não a partir da evolução dos órgãos centrais de governo, mas a partir da periferia, contrastando com a tradicional definição da evolução política pela evolução dos próprios departamentos mais próximos do rei ou sediados na capital — a Chancelaria, o *Exchequer* ou o *Signet Office*. O ponto de partida é antes o das relações que se estabelecem a nível local. A Casa do rei, o “centro”, se preferirmos, chega a ser definida em relação à periferia: «Most of the leading roles away from court were performed by household men — or it may be more realistic to say that the Kings sought to formalize their relations with their most important local servants by giving them a place within the household. In effect, the household was absorbing the retinue»⁷. Não admira pois que a minuciosa descrição dos órgãos da administração central esteja praticamente ausente desta obra e que o único capítulo que a ela se reporta faça figura de “parent pauvre” perante os outros seis.

O subtítulo «A Study of service» deve ser entendido como o serviço prestado ao rei por todos os súbditos do reino, quer a nível da “administração central” quer a nível da “administração local”, administração local que não é apenas o serviço prestado em ligação com instituições locais, caso dos bispados ou dos *sheriffs*, mas como a própria relação que se estabelece entre pessoas de influência local e o rei. A relação entre estes homens e o rei distinguia-se da relação vassálica por não exigir deveres e obrigações a uma das partes — o rei: este dava de acordo com a sua *graça* e não porque a isso fosse obrigado. Mesmo os servidores existentes na Casa real eram de alguma forma servidores *ad hoc*, podendo a todo o momento ser chamados para executar uma qualquer missão, e podendo ser ou não recompensados. De qualquer modo, esperava-se uma certa mutualidade desta relação⁸: pela sua parte, o monarca esperava que estes pusessem ao seu serviço influências e conhecimentos que possuíam. Exigir uma fidelidade exclusiva aos servidores régios era ilógico e mesmo contraproducente, já que a eficácia do serviço prestado era tanto quanto a pessoa que o executasse fosse localmente influente, isto é, mantivesse ligações várias com outros senhores. Em caso de conflito era costume optar-se pelo lado do rei, mas, como testemunha a acção de lord

⁶ «Aquele que não dá o que tem não obtém o que deseja» (Rosemary HORROX, *op. cit.*, pág. 5).

⁷ *Ibidem*, pág. 227.

⁸ Era comum iniciar-se uma petição ao rei com as seguintes palavras: «Please it your highness in consideration of the true and faithful service wich N. has done and during his life intends to do unto your most noble grace...» (Rosemary HORROX, *op. cit.*, pág. 4).

Stanley em Bosworth, nem sempre era o monarca que levava a melhor. Tanto a relação que se estabelecia com o rei como a que se estabelecia com outro senhor era publicitada como uma manifestação de poder: quando o duque de Norfolk se deslocou a Londres para receber terras do rei ordenou aos seus servidores que estes se lhe juntassem envergando a sua heráldica — a expressão visível do serviço. A criação de um serviço era um processo em duas etapas: por um lado os recrutados tinham que se sentir atraídos pelo serviço, e por outro o rei tinha que se convencer da utilidade do serviço oferecido.

Períodos de instabilidade política levavam a uma reorganização territorial e à criação de novos laços pessoais. O rei confiscava as terras dos revoltosos e redistribuía-as, no intuito de renovar o “serviço” posto em causa e de ganhar aliados para a sua causa. Na casa do rei existiam listas onde se registavam as terras confiscadas e agora disponíveis; frequentemente eram os homens próximos do rei e da corte, conhecedores de tais listas, os que conseguiam as melhores terras e cargos. A doação das terras era precedida de uma petição ao rei, não raro mera formalidade de um acordo prévio entre o monarca e o seu *homem*. A um período de estabilidade política era impossível não se seguir um de instabilidade, pois a prolongada estabilidade não proporciona ao rei terras para compensar os seus aliados. Não admira que: «...si aucune guerre n'est possible, le systeme implose en guerre civile»⁹. É que a terra ainda continuava a ser o que proporcionava poder e influência local, o que dava força e possibilitava o “serviço”. As várias ligações que se estabeleciam funcionavam num sistema de influências e ligações construído ao longo do tempo, e a sua eficácia era tanto maior quanto a antiguidade das relações e a influência local dos homens que lhes estavam à frente; por isso só os reis mais fracos optavam pela construção de uma nova rede, e não pelo reaproveitamento de uma já existente. Nas vésperas de tomar o poder, o duque de Gloucester era o chefe de uma afinidade, ou rede de relações, régia, construída no Norte a partir de 1470. A revolta de Clarence e de Warwick (1469) tinha permitido a concentração nas mãos do monarca de grande número de terras e cargos. Ao dar parte destas terras, as situadas no Norte, ao irmão, Eduardo IV conferia-lhe um poder para se impor, como senhor, naquela região. Além de receber terras no Norte, Gloucester foi elavado a Condestavel de Inglaterra e Sheriff de Cumberland, cargos que lhe deram uma influência nacional, o que fez com que a ligação à sua pessoa tivesse um poder de atracção maior do que aos outros senhores. Mais ainda, o que levava os senhores do Norte a ligarem-se a Gloucester era a certeza de que este representava uma fácil e directa ligação com o rei, facto menosprezado por Paul M. Kendall ao apresentar o duque como um solitário senhor do Norte: «...feared, a man of the distant and nagged North...»¹⁰. O duque iria criar naquela região uma influência suficientemente forte para que em 1482-83 surgisse um Parlamento do Norte, transformado em Conselho Régio quando Gloucester se tornou rei. Em suma, Eduardo IV conseguiu estender a sua autoridade ao Norte colocando à cabeça de uma afinidade local o seu próprio irmão. Este processo foi repetido noutras regiões do reino, mas colocando o rei à frente destas afinidades régias outras pessoas de confiança: no Lancashire os Stanley, no East-Anglia os Woodviles e em Gales os do Conselho de Ludlow. Estas afinidades não eram concorrências, mas faziam parte de uma afinidade de corte. Para que continuasse a existir um certo equilíbrio de poderes e se mantivesse a própria estabilidade política vivida no final do

⁹ Jean-Philippe GENET *et alii*, *cit.*

¹⁰ Paul M. KENDALL, *Richard the Third*, 8.ª edição, Londres, George Allen & Unwin Ltd., 1978, pág. 214.

segundo reinado de Eduardo IV era necessário que quando o rei morresse o seu lugar fosse ocupado por alguém acima das afinidades de corte: o seu próprio filho, Eduardo V; como se sabe isto não aconteceu, e Gloucester tomará ao poder com o nome de Ricardo III. Quer tenha sido um “coup d’état” há muito planeado, como alguns defendem¹¹, ou uma consequência da conjuntura, como diz Paul M. Kendall, é inegável que Ricardo tentou de início continuar a obra política do irmão, e a sua subida ao poder não era vista como uma ruptura com o passado: eis o que, com razão, também defende, e prova, R. Horrox, no seu livro. Tanto não representava uma ruptura com o reinado anterior que Ricardo manteve em funções o secretário régio, Oliver King. Cargo que, como é sabido, dificilmente resiste a mudanças de reinado; continuidade, e estabilidade, visível ainda pela falta de terras e de “patronage” quando o duque tomou conta do poder. Publicamente faziam-se os preparativos para a coroação de Eduardo e, “curiosamente” «Business began to wind down as men tacitly awaited the new regime»¹². O secretário régio é preso e nos vários departamentos governamentais, *Exchequer*, *Signet Office*, o número de diplomas desce a quantitativos ínfimos. Infelizmente, Horrox não dá qualquer informação numérica sobre este fenómeno, e ficamos sem saber como se reflectiu tal descida. Este acontecimento vem reforçar a ideia, expressa no início desta nota, de uma re-personalização do poder político no final da Idade Média, re-personalização ligada, no caso vertente, à figura do rei. E não deixa de ser interessante lembrar que nos inícios do feudalismo bastardo, em França, ainda a actividade do governo podia vir a estar suficientemente desligada da figura do rei para que, nas palavras de Cazelles, a «máquina governamental já não obedecesse»¹³. Re-personalização do poder político indiciado ainda pelo florescimento, nos reinados de Eduardo IV e de Ricardo III, da Câmara Régia, em detrimento do *Exchequer*¹⁴. Ricardo III torna-se rei de Inglaterra sem grande oposição, a contestação ao seu governo só será pública aquando da revolta de Buckingham. É a revolta que provoca o volte face na política de Ricardo, e a partir deste momento o soberano já não se assume como continuador da política do irmão. O paradoxo está no facto de que muitos dos que apoiaram Buckingham eram homens que Ricardo planeava continuar a favorecer. Uma série de famílias vêem-se comprometidas neste acontecimento, e são obrigadas a tomar partido. Num outro contexto, escreveu acertadamente François Autrand: «L’état donc a créé la nation. Mais la guerre aussi. Car au quinzième siècle les habitants du royaume sont contrains de prendre par ti»¹⁵. A solução de compromisso passava pelo manter de

¹¹ «...Richard seizure of power and then of the crown would seem to indicate the most careful planning...» (Desmond SEWARD, *Richard III England's Black Legend*, s/l., Country Life Books, 1983, pág. 90).

¹² Rosemary HORROX, *op. cit.*, pág. 117.

¹³ Repare-se nestas palavras de CAZELLES: «Le roi Jean débordé par son conseil (...) le roi n'est plus maître de son royaume...» (Raymond CAZELLES, *Société, politique, noblesse et couronne sous Jean le Bon et Charles V*, Genebra, Librairie Droz, pág. 162 e 163).

¹⁴ «His reign (Eduardo IV) saw a series of responses to the urgent need of reasserting the royal authority. To accomplish this end, he thought more in terms of new man than new institutions (...) no doubt well aware of the inefficiency (...) of the exchequer (...) he by-passed it by the use of a more flexible (...) system of household finance, where much depended on the personal activity of Edward himself. (...) it was a system highly personal...» (Charles ROSS, *Edward IV*, Londres, Methuen, 1983, pág. 301).

«...the flowering of the Yorkist chamber as a major financial department. (...) the chamber was the king's private apartment...» (Rosemary HORROX, *op. cit.*, pág. 236).

¹⁵ François AUTRAND, *Pouvoir et Société en France (XIV-XV siècle)*, Paris, P.U.F., 1974, pág. 12.

membros de uma mesma família em ambos os lados: assim, Stanley apoiava Ricardo, enquanto a mulher se ligava ao partido Tudor. A revolta de Buckingham colocou o rei perante dois problemas: a existência de uma alternativa ao seu poder, na pessoa de Henri Tudor, e o não funcionamento da rede régia de afinidades. Mais ainda, o facto de a revolta não ter degenerado num confronto bélico tolheu a Ricardo III a possibilidade de se impor como chefe militar perante a sociedade política. A revolta de 1483 provou ainda que a ligação lancasteriana permitiu a Eduardo tomar o poder mas não criou uma monarquia de base nacional. Na tentativa de reconstruir a sua autoridade, Ricardo vai recorrer cada vez mais a homens oriundos da região onde ele em tempos se impôs como senhor onipotente: o Norte. A “invasão” de homens do norte, que Seward e Ross defendem ter acontecido no início do reinado de Ricardo III, deve localizar-se após 1483. Horrox pensa que não se tratou de uma verdadeira invasão de nortenhos mas de alguns casos pontuais, de “plantações”, como a autora lhes chama. A criação de uma nova rede pela “plantação” de novos homens não só provocou a desconfiança entre os elementos locais como não permitiu o recriar de uma forte base de apoio. Como já dissemos, o melhor servidor era o que estava localmente enraizado, condição que obviamente os homens que Ricardo colocou a Sul não satisfaziam. A fraqueza do rei era de tal modo evidente que este, numa tentativa de ganhar aliados, concede cartas de perdão mesmo sem estas serem pedidas¹⁶. A revolta de Buckingham acabará por ser o canto do cisne do reinado de Ricardo, e o desfecho esperado em 1483 surgirá em Bosworth.

No final de um reinado tão curto, e tão problematizado pelos historiadores, que balanço? O que nos traz de novo o trabalho de Rosemary Horrox agora publicado? Nas entrelinhas é impossível não reconhecer (mais) uma tentativa de reabilitar a figura de Ricardo III, tanto mais que a autora pertence à «Richard III Society», uma sociedade com esse mesmo propósito. O equilíbrio entre a apologia ou o pessimismo com que alguns historiadores encaram a figura de Ricardo tem obrigatoriamente que ser procurado pelo leitor. Poder-se-á aceitar a ideia de «actores relativamente poderosos provocando processos colectivos», como quer Aristilde Zolberg¹⁷? Por outras palavras, poderia Ricardo, pela sua vontade, contrariar ou forçar o próprio rumo da história, seria ele um verdadeiro tirano, ou um agente das forças colectivas e sociais? Não existe talvez uma resposta cabal a tais interrogações; há no entanto que clarificar a acção de Ricardo enquanto governante, desmistificando a ideia do monarca tirano, ideia dada pela historiografia Tudor¹⁸. Parece-nos mais importante que o historiador olhe para o reinado de Ricardo e o encare como produto de toda a sociedade política, das tensões verificadas dentro dela, e entenda a figura do rei como representativa de um dos vários «partidos» políticos, que se distingue dos demais por usar como arma a «centralização».

Mas Horrox acaba por não dar resposta a várias questões: ficamos afinal sem saber por que motivo Ricardo, que conseguiu o apoio do Norte, não teve sucesso no Sul; sabemos que a ligação lancasteriana não conseguiu criar uma monarquia de base nacional, mas porquê? Ficamos ainda sem saber se Ricardo se impôs à sociedade

¹⁶ «His unsolicited pardons to Morton and Blount were manifestation of this policy.» (Rosemary HORROX, *op. cit.*, pág. 293).

¹⁷ Aristilde ZOLBERG, «Interactions stratégiques et formation des Etats modernes en France et en Angleterre», in *L'Etat au Pluriel. Perspectives de sociologie historique*, Paris, Economica, 1985, pág. 93 a 129.

¹⁸ Sobre este tema veja-se: Jeremy POTTER, *Good King Richard? An account of Richard III and his reputation 1483-1983*, Londres, Constable & Company Ltd., 1985.

política ou se actuou ao sabor das forças colectivas. O facto de Horrox ter evitado escrever uma biografia de Ricardo III, como fizeram Ross ou Kendall, onde se descreve um minucioso e “événementiel” percurso individual do monarca e das várias batalhas (Horrox nem sequer descreve a batalha de Bosworth), pode ser entendido de duas maneiras: ou como uma tentativa de fugir ao incómodo das críticas dos “anti-ricardianos”; ou como um modo distinto de retratar a sociedade política — o definir o “centro” pela “periferia”. Acreditamos ter sido esta última hipótese a que presidiu à realização do trabalho, diferença que, a juntar à novidade de que afinal Ricardo III se quis continuador da política de Eduardo IV, tornam a leitura da obra, se não imprescindível, pelo menos recomendável.

Porto, 17 de Outubro de 1990

Vasco Rodrigo Machado Vaz

ARTOLA, Miguel — *La Burguesia Revolucionaria (1808-1874)*, Miguel Artola (dir. de) «Historia de España», vol. 5, Madrid, Alianza Editorial, 1990, 433 p.

ESPADAS BURGOS, Manuel; URQUIJO GOITIA, José Ramón — *Guerra de la Independencia y Época Constitucional (1808-1898)*, Ángel Montenegro Duque (coord. de) «Historia de España», vol. 11, Madrid, Editorial Gredos, 1990, 478 p.

TORTELLA CASARES, Gabriel; MARTI, Casimiro; JOVER ZAMORA, José M.^a; GARCÍA DELGADO, José Luis; RUIZ, David — *Revolución Burguesa, Oligarquía y Constitucionalismo (1834-1923)*, Manuel Tunón de Lara (dir. de) «Historia de España», 2.^a ed., vol. 8, Barcelona, Editorial Labor, S.A., 1990, 574 p.

Em vista do conjunto de três títulos acima citados algumas das intenções desta revisão ficam desde logo indiciadas. Em primeiro lugar, uma referência à prolíxa produção da historiografia espanhola relativamente a obras de carácter geral, situação que se instalou mais solidamente nos últimos anos e que Antonio Dominguez Ortiz descreve sugestivamente: «Uno de los rasgos mas destacables en el enorme incremento de la producción histórica española es la cantidad extraordinaria de historias generales de nuestra nación. Aparecen continuamente, de todos los tipos, tamaños, ideologías y características materiales. Van dirigidas a los públicos más diversos, desde el manual escolar a la compilación erudita, desde el volumen de bolsillo a la serie de lujo, cara y voluminosas»¹.

Este movimento compreende estratégias de reedição com textos previstos revistos e actualizados, mudança de editora, aposta na qualidade gráfico-visual do livro, etc., e a ele não ficaram alheias as Histórias de Espanha cuja oferta no mercado editorial espanhol é vasta e diversificada. Indubitavelmente que a obra capital e referência obrigatória neste domínio continua a ser a *Historia de España Menéndez*

¹ Epílogo à obra de BENNASSAR, Bertolomé — *Historia de los Españoles, Siglos XVIII-XIX*, Barcelona, Editorial Crítica, 1989, p. 537.

Pidal dirigida por Jose María Jover Zamora, cujos quarenta volumes (alguns ainda em preparação), revelam a participação dos mais destacados historiadores espanhóis na busca de um modelo ideal de história global. Só para o século XIX, período que nos interessa aqui destacar, destinou o plano da colecção cinco tomos divididos em seis volumes, reveladores de inultrapassável e actualizado valor científico².

Tecidas estas considerações, passamos ao objectivo fulcral da presente recensão, isto é, a análise comparativa dos três volumes citados, todos relativos ao século XIX, os quais representam distintas abordagens das problemáticas oitocentistas da história espanhola.

Depois de uma longa e bem sucedida presença no mercado bibliográfico (a primeira das suas oito edições data de 1973), a *Historia de España* dirigida por Miguel Artola, apresenta na sua última versão um evidente esforço de actualização e ampliação dos conteúdos, e uma confessada intenção de privilegiar as épocas mais recentes. O volume citado em epígrafe, da autoria deste catedrático da Universidade Autónoma de Madrid, destaca um período de quase sete décadas, compreendido entre o início da guerra da independência e a experiência democrática e republicana, isto é, entre uma época em que se assentam as bases da Espanha contemporânea mediante a desagregação da organização sócio-política do Antigo Regime e os diversos ensaios de regimen constitucional e parlamentar. Partindo de um imprescindível suporte político, Miguel Artola empenha-se sobretudo na intelecção das transformações económicas — agricultura, industrialização, capitalismo — geradoras de um sistema liberal específico. Como o próprio título parece sugerir, o social, ou melhor, o sócio-económico, fornece o campo privilegiado aos agentes da história; a burguesia é apresentada como um grupo social dominante quer em função do seu poder económico, quer através do exercício do poder do Estado, situação emergente entre 1808-1837 e que Artola denomina por «revolução liberal-burguesa». Esta perspectiva não esmorece nunca, antes se reforça na quinta e última parte coerentemente intitulada *Cultura y Arte Burgues*.

De teor mais descritivo mas com uma original componente pedagógica, o volume relativo ao século XIX da *Historia de España* da Gredos da autoria de Espados Burgos e Urquijo Goitia, apresenta visões diacrónicas da evolução política e económica, da acção do Estado e seus agentes, dos partidos políticos e movimento operário e finalmente da Igreja e cultura. Apesar de não optarem por uma bibliografia comentada como Artola, os autores seleccionaram listas bibliográficas em função dos capítulos constituintes das cinco partes da obra e, para além das úteis tábuas cronológicas temáticas, introduziram três apêndices de inegável funcionalidade para o utilizador

² Situando-se entre os tomos XXXII e XXXVI desta História de Espanha publicada em Madrid pela Espasa - Calpe, apresentam-se com os seguintes títulos e autores: ARTOLA GALLEGO, Miguel — *La España de Fernando VII. La Guerra de la Independencia y los Orígenes del Constitucionalismo*, 4.^a ed., 1988, (XXXVX+994 p.). SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás (prólogo de) — *El Siglo XIX. Los Fundamentos Sociales y Económicos (1834-1900)*, (em preparação). JOVER ZAMORA, Jose María (prólogo de) — *La Era Isabelina y el Sexenio Democrático (1834-1874)*, 2.^a ed., (1046 p.). JURETSCHKE, Hans (prólogo e coordenação) — *La Época del Romanticismo (1808-1874)*, vol. 1: *Orígenes. Religión, Filosofía. Ciencia.*, vol. 2: *Las Letras. Las Artes. La Vida Cotidiana*, 2.^a ed., 1989, (714 e 780 páginas, respectivamente). JOVER ZAMORA, Jose María — *La Época de la Restauración (1875-1902)*, (em preparação).

quer se trate de estudante ou docente ou até investigador, a saber, um de textos de tónica predominantemente político-ideológica, um apêndice literário com plena legitimidade numa obra deste âmbito tendo em vista a indelével vertente historicista da literatura de oitocentos e que só peca por reduzida extensão e, indubitavelmente o mais original de todos, um interessante apêndice filmográfico elaborado por Juan Puchol Espejo.

A *Historia de España* dirigida por Tuñón de Lara cuja 1.^a edição data de 1981, aborda o século XIX em dois volumes já que os seus autores colocam até 1833 a agonia do Antigo Regime³, constituindo o objecto de estudo do volume em epígrafe o período de 1834-1923, isto é, as nove décadas que medeiam entre a morte de Fernando VII e o golpe de Estado de Primo de Rivera, processo histórico definido, na óptica dos responsáveis, por três factores: revolução burguesa, oligarquia e constitucionalismo. Saliente-se desde já a evidente diversidade de critérios de periodização patenteada no conjunto de obras citadas.

Este volume, da responsabilidade de cinco autores, debruça-se sobre a consolidação do capitalismo em Espanha como modo de produção dominante, o triunfo de um Estado liberal e burguês e o surgimento de novas forças sociais, a classe operária e as burguesias nacionais, consideradas as grandes protagonistas da vida política. Nesta análise a que não é alheia uma perspetivação marxista da história, os professores Tortella e Garcia Delgado desenvolvem a problemática do lento e idiossincrático processo de implantação do capitalismo em Espanha e as suas relações com a política económica do Estado ao serviço de uma oligarquia, enquanto temáticas como a evolução política, desenvolvimento cultural e dinamismo das forças sociais, sendo aqui estabelecida a dicotomia entre as sobreviventes do Antigo Regime (nobreza, exército, clero) e as recém surgidas (burguesias, «classes médias», classe operária), são estudadas pelos professores Marti, Jover y Ruiz. Em virtude do exposto facilmente se compreende o tratamento privilegiado que certas matérias patenteiam neste volume tais como a evolução económica em geral e o movimento operário em particular. A título de curiosidade, refira-se que este assunto específico constitui uma das quatro colunas das tábuas cronológicas, a par de áreas bem mais abrangentes, tais como economia, factos políticos e cultura e ideologia. Como exemplo de áreas «carentes» ou subalternizadas no plano da obra podem citar-se, entre outras, as relações internacionais, Igreja, pensamento e cultura.

Apesar do objecto de estudo ser teoricamente o mesmo, as três obras enunciadas representam diferentes abordagens da realidade histórica em que perspectivas e resultados não têm que ser necessariamente convergentes ou divergentes, talvez tão somente complementares.

Maria da Conceição Meireles Pereira

³ Trata-se do 7.º volume da colecção, da autoria de E. FERNANDEZ DE PINEDO, A. GIL NOVALES e A. DÉROZIER, intitulado *Centralismo, Ilustración y agonía del antiguo régimen (1715-1833)*.

Pontet-Fourmigué, Josette — *Bayonne, un destin de ville moyenne a l'époque Moderne (fin du XVII siècle-milieu du XIX siècle)*, Biarritz, J&D Editions, 1990, 726 págs.

Esta obra é uma edição abreviada da Tese de Doutoramento apresentada pela historiadora na Universidade de Paris IV Sorbonne, em Novembro de 1986. O Prefácio de Jean-Pierre Poussou salienta o mérito deste trabalho, o ser um modelo de história urbana referente às cidades médias, e que M.^{me} Pontet define como cidades entre os 10 mil e 20 mil habitantes, que não são nem capitais provinciais nem centros administrativos. Coloca-se o problema: as transformações urbanas far-se-iam ao mesmo ritmo das metrópoles e capitais provinciais?

O trabalho contém duas partes: I Parte descreve o não crescimento de Bayonne: números da população indicam uma estagnação ao longo do séc. XVIII; o estudo dos tipos de tráficos, movimento de navios, armação e construção naval, etc., mostram a mediocridade e irregularidade, a grande fixidez do quadro urbano que a vocação militar encerrou em muralhas, a modernização das infraestruturas urbanísticas limitada. A II Parte tenta responder a esta modéstia ao analisar os mecanismos urbanos relativamente a cidades bem próximas, Bordéus, Nantes e La Rochelle. Vejamos mais de perto.

M.^{me} Pontet reúne as descrições da época sobre Bayonne para referir um certo paradoxo: construtores navais activos, frotas bem equipadas apoiadas por quadros dirigentes, vocação marítima solidamente enraizada, situação geográfica favorável, à porta de Espanha e seus metais preciosos, dinamismo dos negociantes, todo um conjunto de factores que a tornariam comparável a Bordéus. Ora tal não aconteceu... Diferenças urbanísticas, Bordéus transformou-se numa bela cidade de pedra; demográficas, enquanto os de Bordéus eram três vezes mais numerosos do que os de Bayonne nos inícios de XVIII, eram-no seis vezes mais em 1790; o comércio não confirmou as promessas dos fins de XVII, e o desenvolvimento económico revelou-se medíocre. Este paradoxo, transforma-se em lenda, negra, que atravessa o séc. XVIII: prosperidade económica e crescimento demográfico deram lugar à decadência do comércio e ao despovoamento da cidade. Mesmo atenuando os desabafos dos contemporâneos, por vezes movidos por preocupações fiscais, uma coisa é certa, não há descolagem de Bayonne no séc. XVIII, e a Revolução não abriu melhores perspectivas.

Quais os indicadores da decadência de Bayonne:

— a análise do movimento portuário conduz a algumas conclusões. O tráfico não conheceu senão um movimento limitado no decurso de XVIII, e o impulso que lhe foi dado nos últimos anos do Antigo Regime, deixa-o longe dos principais portos franceses. A diferença mais significativa diz respeito à ausência duma ascensão marcante dos tráficos coloniais, mesmo se Bayonne não ignorou as rotas do Atlântico. Porto de cabotagem voltado para a Península Ibérica, e embora não indiferente aos mercados da Europa do Norte, portos hanseáticos e bálticos, estava muito afastada do movimento de Bordéus;

— a estrutura das trocas ao longo do séc. XVIII não se alterou verdadeiramente, ou seja, o factor maior é o facto do comércio espanhol comandar a conjuntura de Bayonne. Vejamos alguns números: com 5.402.974 libras, a Espanha assegura 68,5% das entradas em Bayonne em 1764; com apenas 3.060.975 libras, assegura ainda 60% em 1773. Ou, com 8.360.204 libras em 1764, a Espanha absorve 68,5% das mercadorias exportadas por Bayonne, com 6.407.710 é de 78% em 1768, e com apenas 5.351.596 em 1773 é ainda de 70%. Logo se vê a extrema dependência do comércio perante o mercado espanhol, e daí a sua precaridade. Sob o império o tráfego não paralisou completamente, orientou-se sobretudo para a cabotagem para a costa espanhola:

presença de tropas, possibilidade de curso com a Península Ibérica atraiu mercadores, ocasião para fortunas pessoais, estranhas a Bayonne (de Paris), atraídas pelo ouro e despojos de Portugal e Espanha. Passou assim de porto de vocação internacional, unanimemente reconhecido dos finais do reinado de Luís XIV, a porto de vocação regional de interesse secundário;

— demograficamente dificuldades de crescimento; a cidade teve uma bela ascensão nos finais do reinado de Luís XIV, considerado geralmente muito sombrio, e por outro lado sem prosperidade demográfica no belo séc. XVIII. Com os anos de 1730 uma estabilização demográfica a que se seguiu a depressão de 1770. Entre 1765 e 1790, somente 11 anos são deficitários, mas de 1770 a 1784, os anos excedentários não cobriram os deficitários; ou seja, as crises de mortalidade não explicam somente as dificuldades, a baixa do número de casamentos e baptismos contribui. Apesar de acidentes violentos, o movimento natural observado sobre a 1.^a metade de XIX, tornou-se positivo. Mas não o será a seguir; apesar da subida da natalidade e nupcialidade, o saldo natural será negativo até 1875. A emigração jogou um papel importante, mas não suficiente, para fomentar o crescimento da população; trata-se mais de mobilidade geográfica urbana do que de correntes migratórias bem constituídas ou sustentadas;

— urbanisticamente o facto de Bayonne ser ao longo dos séculos praça forte, associada a um desenvolvimento económico e demográfico limitados, não favoreceu a expansão da cidade, nem a sua renovação arquitectónica e urbanística. Verifica-se uma modernização urbana desequilibrada e limitada: preocupações com a higiene e limpeza, mas sem romper com o princípio medieval de responsabilizar os habitantes pela via pública; surpreendentes atrasos relativamente à evacuação de excrementos, abastecimento de água, segurança urbana e urbanismo de circulação. A renovação urbana revela-se modesta, quer pela pobreza da construção pública (subequipamentos até à Monarquia de Julho), quer privada. Na conjuntura extremamente difícil que conheceu a cidade nos dois últimos decénios do Antigo Regime, a renovação urbana passou, sem dúvida, a segundo plano.

Em suma, queda populacional, afundamento das trocas marítimas e terrestres, paragem na construção naval, modesta urbanização, marasmo com eco nos contemporâneos que olham idealmente o passado. Os últimos decénios do Antigo Regime denotam uma certa recuperação, mas sob a Restauração e a Monarquia de Julho, Bayonne não passa dum porto secundário. Poder-se-á explicar este destino de Bayonne?

A II Parte da tese tenta encontrar uma explicação:

— a pressão geográfica aparece como um dos factores condicionadores; desde os finais XVII as memórias multiplicam-se a propósito do estrangulamento da Barra do Adour, e suscitam, no século seguinte, paixões à volta das obras de melhoramento da embocadura. Mas a Barra não foi o único constrangimento; o seu modesto «*arrière-pays*», pouco povoado, sem produções agrícolas que sustentassem a exportação, fraqueza das actividades artesanais, nada que alimentasse relações com um mercado colonial ou com os portos da Europa do Norte. Depois um verdadeiro isolamento, com uma rede hidrográfica difícil, sem apoio viário, o afastamento dos principais eixos comerciais. Assim, isolada da França por 40 léguas de terras incultas e desertas, restava--lhe a Espanha, bem próxima a acessível;

— uma série de benefícios fiscais fizeram de Bayonne uma espécie de paraíso fiscal, que com o tempo se tornaram exorbitantes para os controladores do fisco. Nas mentalidades colectivas do negócio e da administração municipal, a franquia torna-se aspiração para restabelecer a prosperidade, ou seja, os «*privilégios*» que a punham fora da lei geral, eram um correctivo indispensável perante as desigualdades naturais;

— mas ainda, nos finais do reinado de Luís XIV, dois portos da Biscaia, Bilbao

e S. Sebastien, aparecem aos olhos da época, mais como concorrentes do que como complementares. No entanto os três portos têm muito em comum, o que pode explicar as dificuldades simultâneas do último terço de XVIII: um comércio livre fundado sobre a importação de mercadorias estrangeiras e a reexportação para o interior do país, recorrendo mesmo ao contrabando. O desenvolvimento do comércio marítimo com a Espanha fez-se no quadro duma estrutura embrionária em que a fronteira política não correspondia à fronteira económica, o que estava em oposição com a concepção dum mercado nacional unitário que pouco a pouco se impunha no séc. XVIII. Por outro lado, Bayonne cometia o erro de pensar que era etapa indispensável no trânsito das mercadorias da Espanha para o resto do mundo Atlântico, e era-o, mas só em tempo de guerra, ou porque o transporte terrestre se tornava preferível à insegurança do mar, ou por os inimigos de Espanha se dirigirem ao porto mais próximo, Bayonne, e daí o contrabando;

— a deslocação dos centros económicos do Atlântico para o Sena, Rouen, Havre e Paris, isolava Bayonne do mercado nacional; como que uma república mercantil, dotada das suas próprias instituições, assim como de privilégios que a sua posição fronteiriça reforçava. Possuía uma jurisdição consular, indispensável a toda a praça comercial de alguma envergadura, mas que tinha interesse apenas para a cidade; sem tradição administrativa, sem apelo judicial, sem funções regionais de comando político ou fiscal, tal privou-a dum impulso decisivo e não a situou à frente duma rede urbana hierarquizada;

— cidade quase exclusivamente comercial, revelada pela primazia das actividades terciárias e a fraqueza do sector produtivo (indústria modesta), sem apoio dum sector administrativo, relativamente dinamizada pelas necessidades da instalação dum exército. Uma cidade do terciário, com grande peso da domesticidade na população activa, extremamente subalfabetizada para o conjunto da população feminina; a mediocridade dos salários, perante uma cidade inflacionada pelo peso do exército, poderá ter dissuadido de se instalarem duravelmente na cidade os emigrantes (porque se elevados nos primeiros decénios de XVIII, embora inferiores a Bordéus, baixaram fortemente nos anos 30);

— os contornos dum grupo social dominante numa cidade tão exclusivamente de vocação comercial, levam a uma dupla constatação: o efectivo limitado em números absolutos, da comunidade negociante em relação aos grandes portos do Reino, Marselha ou Bordéus; o número elevado de negociantes em relação ao tamanho da cidade e sobretudo em relação ao volume de negócios realizados (nos finais do Antigo Regime, com 600 negociantes, ou seja, 3 ou 4 vezes mais do que Bayonne, Bordéus realizava um comércio 10 vezes superior em valor), o que augura a mediocridade do meio de negócios Bayonnês, e talvez dum capitalismo de envergadura restrita. Por outro lado, a nobreza local é constituída por uma nobreza de serviços, civil e militar e de antigos enobrecidos, saídos do comércio; estreitamente ligados pelos negócios, dinheiro e sangue, pequena nobreza e grande negócio formam uma aristocracia urbana dominante. Muito pouco numerosa, esta elite social transformou-se numa poderosa oligarquia, o que se torna uma fraqueza para a cidade, pois que uma gestão que leva ao endividamento, põe-na sob o controle dos grandes prestamistas.

Em suma, o trabalho de M.^{me} Pontet termina cumprindo o seu propósito, encontrar um conjunto de elementos comuns à história das cidades médias como Bayonne:

- o peso predominante dos factores exteriores, económicos e políticos;
- o peso do Estado com dupla entrada, receptor de impostos mas também dispensando riqueza (obras públicas);

— fragilidade da conjuntura quando a prosperidade repousa sobre uma actividade única e muito exclusiva;

Sem qualquer dúvida, o séc. XVIII, não foi, para Bayonne, história do crescimento...

Inês Amorim

MONTEIRO, Miguel — *Fafe dos «Brasileiros» (1860-1930) — Perspectiva Histórica e Patrimonial*, Fafe, 1991, 291 pp.

Antes de mais, refira-se que estamos em presença de um livro generoso, porque produto directo da acção empenhada que as associações de património cultural têm vindo a desenvolver pelo País no sentido de preservar as referências culturais das populações, as quais não passam apenas pelas grandes obras monumentais.

Depois é preciso dizer que se trata de um livro muito útil, porque procede à recolha de inúmeros materiais de natureza histórica, desde informações institucionais e de carácter sócio-económico até uma abundante iconografia (postais antigos e fotografias), permitindo reconstruir aspectos da vida social de Fafe, na época em questão. A utilidade deste livro reverte não só ao nível dos historiadores, que nele vêm um repositório de dados para integração em sínteses mais abrangentes, mas também ao nível da didáctica, enquanto mediador entre alunos e realidade histórica (se as aulas dos diferentes graus de ensino conseguirem transpôr o fosso entre o programa oficial e o nível da história local), e ainda ao nível da cidadania, contribuindo para chamar a atenção das pessoas para o significado histórico e simbólico da realidade envolvente.

Parece-nos, porém, que o livro enferma de uma frágil estruturação, apresentando-se como meio termo entre as monografias locais tradicionais, (do tipo «das origens à actualidade») e as monografias temáticas, aqui, obviamente, o papel dos «brasileiros» no desenvolvimento local. A sedução permanente pela inclusão de informações de todos os tipos, faz com que a sequência natural do texto sobre os «brasileiros» seja interrompida, ora por referências à história medieval, ora por informações urbanísticas, etc., frequentemente sem conexão com o fio discursivo e resvalando, por vezes, para o anacronismo. Com efeito, uma mais cuidada delimitação temática teria permitido optimizar o notável trabalho de levantamento fotográfico das casas de «brasileiros» e suas referências biográficas.

Fica-se, assim, com a ideia e a esperança de que este livro corresponda a uma primeira fase de investigação. Ulteriormente, será de evitar a colagem entre as explicações genéricas e globalizantes e as situações delimitadas e concretas. Por exemplo, o discurso da emigração enquanto processo de substituição de escravos não condiz com este tipo de emigrante retornado, não duvidando, porém, que de Fafe saíssem muitos emigrantes naquele contexto, já que é possível documentar diversos fluxos desse tipo. Um pouco de atenção às biografias teria permitido evidenciar o importantíssimo papel das redes familiares na inserção destes emigrantes de sucesso, bem como os seus comportamentos peculiares de retorno, alguns dos quais voltam a Portugal, mas só esporadicamente ao torrão natal, já que preferem a cidade (o Porto, de preferência), esse mundo urbano de maiores oportunidades e diferentes vivências para quem possui capital. Em muitos casos, a casa da província é apenas uma segunda casa, com funções de descanso, apego sentimental e afirmação social. Em resumo, a problemática torna-se cada vez mais clara se, em vez de falarmos de um modelo de emigração, aceitarmos vários tipos de emigração sobrepostos no tempo e no espaço.

Se é certo que a preocupação do autor foi, de algum modo, a de referenciar os contributos mais evidentes dos brasileiros no domínio do património, é importante não esquecer a(s) forma(s) como o processo de retorno (ou de envio de remessas) se articula com a sociedade de partida, questão neste livro praticamente olvidada. Talvez, então, os «brasileiros» não nos surjam como um grupo tão exótico como a literatura oitocentista pretendeu fazer crer e seja possível perscrutar uma assinalável interacção entre emigração e família com resultados sociais mais discretos, mas nem por isso menos eficazes.

Sublinhem-se, ainda, dois méritos deste livro, ao documentar o papel de uma ascensão social mais evidente ao nível da segunda geração, quase sempre a principal beneficiada com o acréscimo de poder económico produzido pela emigração (no caso do Brasil, quando não se colocavam os problemas de desintegração cultural e linguística que a emigração intra-europeia produziu nos filhos de emigrantes que retornam), bem como as responsabilidades do capital da emigração no rejuvenescimento do tecido industrial, facto já posto em evidência por M. Filomena Mónica (*Análise Social*, n.º 99).

Edição de autor, com o apoio do mecenato local.

Porto, Nov./91

Jorge Fernandes Alves

VIEIRA, Nelson H. — *Brasil e Portugal — a imagem recíproca (o mito e a realidade na expressão literária)*, Lisboa, Ministério da Educação/ICALP, 1991, 251 pp.

Trata-se de uma visão global do relacionamento entre portugueses e brasileiros, desde o século XVI à actualidade, traçada por um intelectual norte-americano de ascendência portuguesa, ou seja, um observador capaz de conjugar um estatuto de neutralidade com o fascínio que o mundo de língua portuguesa exerce sobre as ramificações da diáspora lusíada. Conjugando a análise das literaturas portuguesas e brasileiras com a contextualização histórica, este estudo constitui um autêntico guia para a abordagem de um longo processo de ressentimentos, hostilidade e indiferença, a que não faltam os momentos xenófobos.

Porém, a via da literatura, para a percepção das representações recíprocas, parece-nos ser responsável pelo tom demasiado negativo em que os dois povos supostamente se revêem. Na verdade, o livro não consegue explicar satisfatoriamente esse paradoxo de tanta antipatia ser compatível com uma grande atracção mútua, responsável por uma imigração maciça de portugueses, na sua maior parte assimilada. A fixação em certos estereótipos anti-portugueses como efeito literário não será, de alguma forma, produto do circuito fechado e repetitivo em que as elites literárias, sociais e políticas se movimentavam? Por exemplo, do lado português, a obsessão camiliana contra o brasileiro de «torna-viagem» não se explicará, em grande medida, pela incapacidade pessoal de Camilo em ultrapassar o obstáculo «brasileiro» na sua questão amorosa, que o levará à cadeia e, suprema humilhação, o obrigará a recolher-se à exótica casa amarela de S. Miguel de Ceide deixada por Pinheiro Alves? Enquanto a verve camiliana, quixotesca, espadeira dezenas de personagens de

brasileiros, não é verdade que estes suscitavam um generalizado efeito de emulação entre a população, facto que não podemos olvidar e que atinge mesmo as camadas intelectuais, com amigos íntimos de Camilo a emigrarem, como Faustino Xavier de Novais que parte em 1856?

De qualquer modo, o livro vale como um exorcismo, ao considerar a conflitualidade como o tema central do estudo, não se eximindo aos aspectos menos desagradáveis, nem caindo na tentação de esboçar uma fraternidade idílica. Ao dissecar o destempero mútuo, o autor aponta razões e sugere alguns caminhos para o diálogo.

Refira-se que a obra está estruturada em sete capítulos. Nos dois primeiros, o autor aborda os laços históricos e a produção literária antes da independência (1822), ilustrando o caminho da descoberta de uma identidade própria por parte dos «mazombos» face aos «reinóis», salientando o papel da literatura de Minas dos finais do século XVIII como um passo em frente na afirmação nacionalista. Os dois capítulos seguintes tratam da imagem do Brasil na literatura portuguesa e da lusofobia no romance brasileiro, durante o século XIX. Neste campo, a contextualização histórica praticamente não existe, o que é pena, pois os movimentos políticos e sociais, para além da independência, muito ajudariam a compreender a mútua hostilidade, que teve nos numerosos tumultos anti-portugueses a sua expressão mais nítida, para não falarmos numa mais discreta agressividade legislativa de parte a parte. Os três capítulos finais referem-se, fundamentalmente, ao século XX, com uma perspectiva do movimento cultural luso-brasileiro (movimento de intenções por parte de políticos e eruditos, que têm apostado na aproximação entre as duas culturas, invocando as afinidades históricas, realizando convénios, congressos, visitas, com muita retórica e poucos resultados práticos), e, naturalmente, uma aproximação às imagens dos dois países na literatura, as quais, apesar dos casos excepcionais de compreensão como os de Ferreira de Castro e Miguel Torga, continuam a espelhar o desdém ou a indiferença, apesar da esperança que recentes movimentações permitem acalentar.

Jorge Fernandes Alves

MATOS, Sérgio Campos — *História, mitologia, imaginário nacional* — *A História no Curso dos Liceus (1895-1936)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, 252 p.

O presente estudo insere-se numa perspectiva actualizada de Didáctica da História, a exemplo da que vem sendo adoptada por certos meios, designadamente afectos à «International Society for History Didactics», sediada na Alemanha¹. Assim, além da usual metodologia — a que, habitualmente, a mencionada Didáctica se tem circunscrito — analisam-se os conteúdos e a respectiva selecção, os objectivos — específicos e gerais, explícitos e implícitos —, os meios utilizados, a «construção» da memória colectiva, a mitologia e o imaginário. Em suma: pela referida óptica, é a cultura histórica — com tudo o que lhe está associado — que se procura investigar.

Partindo de um contexto alargado e de um questionário incidindo sobre a História, a mitologia e o imaginário nacional, Sérgio Campos Matos foca, em particular, a disciplina de História no Curso dos Liceus, adoptando como balizas as

¹ A dita Associação publica uma revista, intitulada *Informations*, cujo último número (1991, vol. 12, n.º 1) foi recentemente publicado.

datas de 1895 e 1939. A periodização seguida — discutível, como muitas outras possíveis — justifica-se, não só pelo significado das reformas do ensino secundário liceal efectuadas no referido lapso de tempo, como por se tratar de um período com alguma unidade, na transição de um sistema de acentuado liberalismo pedagógico — em sintonia com o liberalismo político — para um outro, em que a acção pedagógica passa a estar sujeita a apertada vigilância². Ao «libertar-se» dos tradicionais marcos de índole política, foi possível ao autor seguir a evolução do tema no médio prazo e, bem assim, detectar alguns desfasamentos entre os regimes políticos — Monarquia Constitucional, I República e Estado Novo — e as inovações e práticas pedagógicas.

Na *Introdução* (p. 7-14), S. Campos Matos detém-se na definição da problemática. Equaciona o tema — ou, melhor, os temas — a abordar, em função da interdisciplinaridade, da pertinência, das fontes utilizadas e da perspectiva adoptada. Quanto à interdisciplinaridade, revela-se bastante positivo o recurso a disciplinas variadas — entre as quais, a Linguística, a Literatura, a Psicologia e a Sociologia, como se deduz da própria bibliografia referenciada ao longo e no final do trabalho — que, integradas numa visão geral da História da Cultura, muito contribuem para esclarecer assuntos do âmbito da História e do seu ensino. A pertinência de um estudo deste tipo advém não só da componente histórica (logo, passada) propriamente dita, mas também da sua relação com o presente. Ao referir-se a um certo mal-estar, em Portugal como noutros países, a «propósito da ignorância dos [...] alunos sobre factos capitais da nossa história», o autor acrescenta (p. 8): «Neste domínio, em Portugal, como em França ou nos Estados Unidos da América, talvez que os problemas sejam, em grande parte, os mesmos: a desconstrução das memórias colectivas, especialmente da memória da nação, o esvaziamento de um certo imaginário nacional, mas, simultaneamente, a crescente atenção pelas memórias locais e regionais». Como é sabido, passa por esta problemática uma certa reabilitação da História Local, hoje notória em diversos países.

No que se refere às fontes, informa o autor (p. 9): «Baseando-nos essencialmente em manuais de História de Portugal e em livros de leitura (adoptados no ensino secundário liceal e no ensino primário), procurámos estabelecer um confronto entre múltiplas representações da nação e de algumas figuras históricas mais representativas, sobretudo do ponto de vista da projecção cultural e do investimento sentimental e mítico que adquiriram na época contemporânea, e, mais precisamente, num período que se estende dos finais do século XIX (1895) à fase inicial do Estado Novo (até 1939)».

A legislação — ainda que não tenha sido expressamente referida na passagem citada — constitui, igualmente, um núcleo de fontes bastante significativo (p. 225-226). Ao invés, os manuais de História e livros de leitura, adoptados no ensino primário, só escassamente foram utilizados, o que, aliás, é compreensível, em virtude de o estudo deste grau de ensino não constar dos objectivos do trabalho em foco, como se verifica pelo próprio subtítulo.

Finalmente, na perspectiva adoptada, Campos Matos «privilegia essencialmente os critérios endógenos de análise do próprio discurso *em si*, na sua imanência, no seu modo específico de funcionamento, discurso dotado de uma lógica e um léxico específicos, recorrendo a determinados figuras de retórica, com as suas constantes, e

² Para o assunto, considerado genericamente, já M. Ferro chamou a atenção, ao escrever: «Pois, na verdade, o Estado e o político não são os únicos a colocar a história sob vigilância. Também o faz a sociedade, que, por sua vez, censura e autocensura qualquer análise que possa revelar suas interdições, seus lapsos, que possa comprometer a imagem que uma sociedade pretende dar de si mesma» (Marc Ferro, *A História vigiada* (trad. do francês), São Paulo, 1989, p. 1).

em que emergem certos sinais de inovação» (p. 10). Deste modo, coloca deliberadamente, entre parêntesis, muito do que se encontra a montante e a jusante, para focar o próprio discurso *em si* (como sublinha), veiculado pelos manuais de História e livros de leitura, elaborados de acordo com a legislação e as orientações/instruções emanadas do poder político. As vantagens de tal perspectiva estão à vista: o ter sido possível analisar, desenhoidamente e com certo pormenor, o discurso — escrito e imagético —, transmitido pelos referidos meios didácticos (manuais de História e livros de leitura). Sobre algumas limitações, inerentes ao ponto de vista adoptado, ocupar-me-ei mais adiante.

Seguidamente (ponto 2), é analisado o «Sistema de ensino, a História e ideologia». Passam-se em revista as várias reformas do ensino secundário liceal, efectuadas no período estudado, com destaque para as de 1895, 1918 e 1936. Assim, no que se refere à de 1895 (de Jaime Moniz), chama-se a atenção para o facto de se ter colocado a «tónica na [...] formação espiritual e ética», contrariamente a um certo pragmatismo das reformas dos anos 80, as quais davam «relevo ao objectivo de preparação dos estudantes para a vida prática» (p. 25). Quanto à reforma de 1918 (de Alfredo de Magalhães), mereceram destaque alguns aspectos inovadores, designadamente: a contemplação do *método regressivo* no desenvolvimento do programa — segundo o qual os assuntos são focados por ordem inversa de sucessão, partindo-se dos mais recentes para os mais remotos — e da *história local*, de temática facultativa, consoante a região em que o ensino era ministrado (p. 28). Por último, da reforma de 1936 (de António Carneiro Pacheco), são realçados os objectivos do ensino liceal que mais se adequavam à formação de uma «mentalidade corporativa», à «missão educativa da Família e do Estado» e ao facto de o ensino dever estar «ao serviço da unidade moral da Nação» (p. 35).

«Os livros escolares — linguagem e ideologia» são objecto de análise no capítulo 3. Campos Matos, partindo da perspectiva de que o livro escolar é, simultaneamente, «*suporte* básico dos conteúdos educativos», «veículo de um dado sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura», estuda-o sobretudo como «lugar de memória» (p. 48-50). Ao tratar das «condições de produção (p. 54-63), refere-se, entre outros factores, ao «livro único» e ao seu significado. Em seguida, detém-se sobre os dois tipos de discurso pedagógico: escrito e imagético. Acerca do primeiro, estuda a função desempenhada por certos vocábulos (verbos e advérbios moralizadores) ou por figuras de estilo, como a metáfora, a hipérbole e a ironia. Acerca do segundo — que, como bem nota, não constitui apenas «um complemento de informação iconográfica, mas um discurso paralelo» (p. 75) —, o autor debruçou-se sobre vários aspectos, desde a selecção de imagens, ao relevo que lhes era dada pela respectiva escala e ainda às legendas, geralmente bastante esclarecedoras, sob o ponto de vista ideológico. Através da reprodução de diversas figuras históricas (Figuras 1 a 9, entre as p. 80 e 81), concretiza-se uma boa parte do que é afirmado no texto.

O quarto e último capítulo — que é, simultaneamente, o mais extenso (p. 84-173) — visa «a caracterização de uma mitologia nacional». Além de focar, com algum desenvolvimento, o *mito* — quanto à sua caracterização e funções —, Campos Matos, através de perspectivas diferentes mas complementares, passa a dedicar-se à análise de questões da maior pertinência, para o esclarecimento do tema fulcral. Assim, de forma predominantemente globalizante e sintética, trata «o progresso e a decadência», «a raça e o destino», o «romantismo, o positivismo e o culto dos heróis», procurando detectar a influência dos factores e/ou das correntes de pensamento indicados, no discurso histórico veiculado pelos respectivos manuais. De modo mais analítico, traça os «perfis de uma mitologia nacional», recorrendo ao estudo de «alguns perfis heróicos da nossa

história», desde Afonso Henriques a Alexandre Herculano, passando, entre outros, por Nuno Álvares Pereira, Camões, D. João III e Pombal (p. 135-164). Considerando globalmente os ditos perfis, o autor distingue dois paradigmas de heroísmo: *liberal-oitocentista*, com «marcas mais ou menos sensíveis do romantismo e do modelo positivista»; *tradicionalista do Estado Novo*, do qual ressalta o herói-estadista, «o condutor de homens, aquele que reúne os supremos atributos da personalidade voltada para a acção» (p. 166-173).

Sérgio Campos Matos, ao enquadrar o tema que se propôs investigar segundo uma perspectiva suficientemente vasta — visto ter considerado factores não só de ordem histórica, mas também ideológica, pedagógica e política —, contribuiu para lançar nova luz sobre um tema que, como muitos outros da História Contemporânea de Portugal, se encontrava insuficientemente estudado. Fê-lo, aliás, utilizando metodologia actualizada — como se deduz, por exemplo, do facto de ter recorrido a diversos tipos de fontes, de ter praticado a interdisciplinaridade e ainda de ter usado diversas perspectivas —, revelando uma razoável preparação teórica e um não menos significativo poder de síntese. Com efeito, nas escassas 173 páginas de texto, não seria fácil dizer muito mais. Por outro lado, a informação e fundamentação, condensadas nas numerosas notas de fim de texto (num total de 750), merecem igualmente uma referência elogiosa.

Todavia, do que acaba de dizer-se não deve, obviamente, inferir-se que estamos perante um trabalho perfeito. Como é sabido, tal não existe, pelo que passo a analisar alguns dos aspectos mais discutíveis — ou, pelo menos, susceptíveis de reparo — do presente estudo.

O discurso pedagógico, veiculado pelos manuais de História e pelos livros de leitura, não constituía — como não constitui — um fim em si mesmo. Consequentemente, conviria averiguar, a jusante: que efeitos produziu, no público-alvo a que se destinava? Que marcas deixou a história ensinada?³ Dadas as dificuldades de que tal investigação se revestiria — por exigir, por exemplo, a aplicação de inquéritos a grupos relativamente numerosos —, ao menos deveria ter sido seguida uma outra pista, relacionada com a génese do referido discurso. A *biografia* e a própria *prosopografia* podiam ter ajudado a esclarecer diversos aspectos, a montante do discurso transmitido pelos meios e agentes do sistema escolar. Por exemplo, quais as consequências, para o respectivo produto (livros escolares de História e Português), do facto de grande parte dos respectivos produtores/autores — como sublinha Campos Matos (p. 219) — se ter formado em Direito pela Universidade de Coimbra? Com efeito — e salvo algumas honrosas excepções —, não se tratava de historiadores de profissão nem, por certo, de especialistas em educação, do que, inevitavelmente, advieram repercussões, nem sempre positivas. Acrescente-se, de passagem, que as «referências bibliográficas de personalidade citadas» (p. 210-224) se revelam insuficientes e lacunares, o que se deve, em parte, ao atraso em que os estudos biográficos se encontram em Portugal. Contudo, nem mesmo alguns dos referidos elementos constantes desta secção foram utilizados no corpo do texto. A título de exemplo, atente-se no que respeita a João Serras e Silva, considerado no texto, erradamente, «professor do ensino secundário» (p. 132) e, nas «Referências bibliográficas...», «éedico e professor da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Letras de Coimbra [...] e da Escola Normal Superior» (p. 223).

Também merecia uma referência, ainda que sucinta, a ligação entre a *História ciência* e a *História docência*. Com efeito, embora fosse esta a constituir, verdadeiramente, o cerne do presente estudo, não terá ela sido, em certos casos, como que um espelho da

³ M. Ferro, *idem*, p. 108.

primeira? Por outras palavras: a história factual, recheada de «grandes» eventos e de personalidades políticas e militares — à qual se alude frequentemente na obra em foco (p. 39 e *passim*) —, que se ensinava não era, afinal, aquela que, pela mesma altura (1895-1939), era fundamentalmente produzida, em termos de investigação? Tratava-se, como é sabido, daquela histórica a que, na sequência dos estudos de Charles-Olivier Carbonnell, G. Bourdê e H. Martin⁴, tem vindo a ser adjectivada de «metódica», para a distinguir da escola histórica «positivista», de influência comtiana. A despeito de o autor aludir, de passagem, às duas tendências historiográficas, justificava-se que se lhes referisse mais especificamente, caracterizando-as no que têm de essencial e distinto.

A *memória colectiva* foi-se modificando, ao longo do período estudado, ainda que de forma muito lenta e, por vezes, quase imperceptível. Tal facto pode levar-nos a reflectir sobre a interacção entre regime político e a referida memória. Poder-se-á afirmar, de modo sucinto, que o regime político modela — ainda que não de forma exclusiva e absoluta — a memória colectiva. Esta, porém, também é condicionada por outros factores, bem mais permanentes e estáveis que o próprio contexto político. Trata-se como que de algo inerente à própria natureza humana, mas que não foi objecto de análise no presente trabalho. Sobre o assunto, são bastante elucidativas as seguintes palavras de Lucette Valensi: «D'une manière plus générale, on pourrait dire encore que la mémoire collective partage quelques traits avec l'album de famille. Celui-ci, aide mémoire du groupe domestique, organise dans un ordre généralement chronologique les hauts faits vécus ensemble. Mais il ne retient à vrai dire que les événements heureux. Va-t-on enregistrer un échec scolaire ou professionnel, un conflit, un divorce, un enterrement? Non, l'album remet en scène les célébrations joyeuses. De même, la mémoire collective préfère les victoires»⁵.

Para finalizar, somente chamarei a atenção para alguns pormenores, de índole formal/metodológica que, em eventual reedição, convirá corrigir. O número da nota 10 aparece repetido (p. 10 e 11), pelo que, o que aparece em segundo lugar, corresponde à nota 11. Deverá uniformizar-se a grafia do vocábulo «simultaneamente» que, em certos casos (p. 139, 143 e 224) aparece indevidamente acentuado. A chamada de atenção, segundo a qual os sublinhados a utilizar posteriormente pertencem ao autor (p. 185, nota 219), faria mais sentido aparecer no início do estudo, ao mesmo tempo que torna desnecessária a observação da p. 70 («todos eles com sublinhados nossos»). Na p. 181, existe uma gralha na palavra «criticaram» (lê-se «citicaram»). Ao referir-se a Luís António Verney (p. 224), afirma que «viveu em Itália desde 1836», enquanto o ano correcto é o de 1736.

Alguns assuntos mereceriam ter sido um pouco mais desenvolvidos, tendo em conta a sua recente revalorização pedagógica. Entre outros, podem focar-se a «narrativa em história» (p. 35) — já tão significativa desde os inícios do século XX, por exemplo na obra de Arsénio Augusto Torres de Mascarenhas⁶ e há pouco reabilitada por

⁴ Charles-Olivier Carbonnell, *Histoire et historiens. Une mutation idéologique des historiens français. 1865-1885*, Toulouse, Privat, 1976, p. 401-451; Guy Bourdê e Hervé Martin, *Les écoles historiques*, Paris, Ed. du Seuil, 1983, p. 137-170; José M. Amado Mendes, *A história como ciência. Fontes, metodologia e teorização*, 2.ª ed. Coimbra, Coimbra Editora, 1989, p. 66-73.

⁵ Lucette Valensi, «Silence, dénégarion, affabulation: le souvenir d'une grande défaite dans la culture portugaise», *Annales. E. S. C.*, 46.º Ano, 1991, n.º 1, p. 4.

⁶ Arsénio Augusto Torres de Mascarenhas, *Notícia de alguns homens mais notáveis e episódios da História Portuguesa. Obra aprovada pelo Governo para uso dos alumnos do 1.º anno ou da 1.ª classe do curso dos Lyceus*, 2.ª ed., Lisboa, Typographia Commercio, 1901.

L. Stone⁷ — e o «ensino em espiral» — a que alude, embora sem utilizar esta expressão, na p. 39 — a que Jerome S. Bruner atribui uma significativa função pedagógica.

O que se acaba de referir não visa, obviamente, diminuir a importância do trabalho em foco, em particular numa área em que escasseiam os estudos entre nós, como é a de uma reflexão crítica sobre o ensino da história, a vários níveis. A própria natureza do trabalho — tese de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesas (época contemporânea) (p. 5) —, por certo, não terá propiciado um maior desenvolvimento de alguns assuntos, devido às limitações a que esse tipo de estudo se encontra sujeito.

José M. Amado Mendes

(Fac. de Letras da Universidade de Coimbra)

⁷ Lawrence Stone, «The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History», *Past and Present*, n.º 85, 1979, p. 3-24.

ÚLTIMAS ENTRADAS

«AFRICANA», Porto.

Annales Ecclesiastiques y seculares de la Muy Noble y Muy leal Ciudad de Sevilla, 5 vol.
Reprint. 1988.

«BERCEO». Logroño.

«CISTERCIUM». 1991.

«DIDASKALIA», Lisboa.

«ESTUDOS MINDONIENSES»: Anuario de Estudios Historico-Teologicos de la
Diocesis de Mondoñedo. El Ferrol.

«HISTORIA INSTITUCIONES DOCUMENTOS». Sevilla.

REVISTA DE HISTORIA DAS IDEIAS. Coimbra.